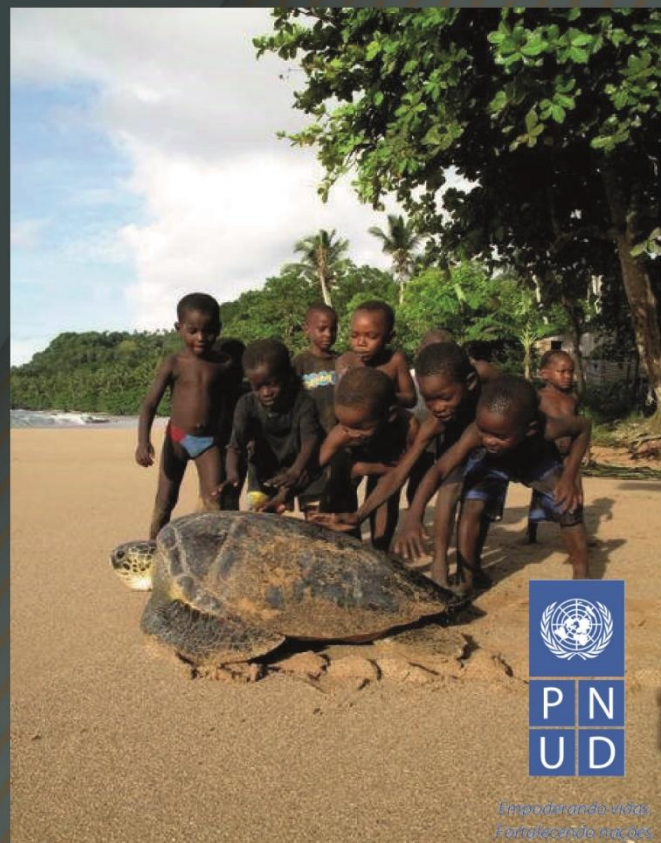




AVALIAÇÃO DA FRAGILIDADE

São Tomé e Príncipe 2017



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

O PNUD cria parcerias a todos os níveis da sociedade para ajudar a construir nações resilientes e alcançar um crescimento que melhore a qualidade de vida de todos. Presente em cerca de 170 países e territórios, fornecemos uma perspectiva global e conhecimento local para pessoas e as nações.

Aviso legal

As designações utilizadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento sobre o status legal de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades, ou sobre delimitação de suas fronteiras ou limites. Além disso, as opiniões expressas não representam necessariamente a decisão ou a política declarada do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, nem a citação de nomes comerciais ou processos comerciais constitui endosso.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de começar por agradecer o ex-Ministro das Finanças Comercio e Economia Azul, Dr. Américo Ramos, pela disponibilidade manifestada em nos receber sempre que tal se manifestou oportuno e necessário e pelo interesse exprimido em nome do Governo na realização deste trabalho.

Não podíamos ter feito este trabalho sem a contribuição de todas as partes interessadas, nomeadamente, os organismos da Administração Central do Estado, os representantes da Região Autónoma do Príncipe e das Autarquias de São Tomé, as organizações da sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento de São Tomé Príncipe. A todos o nosso sincero reconhecimento.

Aproveitamos a oportunidade, para manifestar a nossa gratidão ao Dr. Agostinho Fernandes, ao engenheiro António Aguiar e a Dra. Celly Vera Cruz Mendes que com toda gentileza e mestria moderaram os diferentes fóruns de consulta.

Não podíamos deixar de exprimir a nosso apreço a todos aqueles com quem partilhamos os objectivos deste estudo e recebemos os respectivos subsídios. Aqui parece-nos justo referir nominalmente a pessoa do Dr. Acácio Bonfim.

Gostaríamos também de referir o apoio técnico e financeiro do PNUD através dos seus escritórios em São Tomé e Príncipe e do Bureau do PNUD de Apoio as Políticas e Programas em Nova Iorque, através das senhoras Sabina Ramos, Analista de Programa e Mafalda Machioro, especialista em Crise e Resiliência.

Este trabalho de equipa contou com a total disponibilidade e colaboração de todos os membros do Comité Nacional para o g7+/ New Deal de São Tomé e Príncipe, em particular do seu ponto focal o Dr. Agostinho Bernardo.

Lista de abreviações

ADI	Acção Democrática Independente
AfDB (BAD)	Banco Africano de Desenvolvimento
AN	Assembleia Nacional
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BGFI	Banco Gabonês e Francês Internacional
BISTP	Banco Internacional de São Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
CCIAS	Câmara do Comércio, Indústria Agricultura e Serviços
CECAB	Cooperativa de Exportação de Cacau Biológico
CEN	Comissão Eleitoral Nacional
CODO	Coligação Democrática da Oposição
EU (UE)	União Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
JDA	Autoridade Conjunta Nigéria -STP
JDZ	Zona de Desenvolvimento Conjunta Nigéria-STP
MDFM	Movimento Democrático Forças da Mudança
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
NU (UN)	Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da Europa
OESTP	Organização Empresarial de São Tomé e Príncipe
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
PCD	Partido de Convergência Democrática

Lista de abreviações (continuação)

PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSD	Partido Social Democrata
PSG (OPCE)	Objectivos de Paz e Construção dos Estados
PT	Partido dos Trabalhadores
RAP	Região Autónoma do Príncipe
RN	Radio Nacional
STJ	Supremo tribunal de Justiça
TC	Tribunal Constitucional
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UA (AU)	União Africana

Índice

Sumário Executivo	6
Introdução.....	8
Contexto em São Tomé e Príncipe	9
Novo compromisso (New Deal) e avaliação da fragilidade	10
Articulação do New Deal com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de Transformação de São Tomé e príncipe	11
Processo de avaliação em São Tomé e Príncipe	12
Análise da situação por objectivos (PSG)	15
<i>PSG1: Políticas inclusivas</i>	15
<i>PSG2: Segurança</i>	22
<i>PSG3: Justiça</i>	24
<i>PSG4: Base Económica</i>	26
<i>PSG5: Receita e Serviços</i>	28
Resultados da avaliação	30
Determinação do espectro de fragilidade	31
Matriz do espectro de fragilidade	32

SUMÁRIO EXECUTIVO

Não tendo sido um país de conflito e violência presentes ou passados, São Tomé Príncipe é um microestado insular, fortemente dependente da ajuda e dos choques externos, com limitada base produtiva, fraco desenvolvimento dos recursos humanos e com um historial de instabilidade institucional recorrente, o que tem prejudicado a previsibilidade, a transparência e a coerência dos processos e decisões sobre políticas públicas, e comprometido o êxito dos sucessivos planos de desenvolvimento económico e social.

Duas características intrínsecas aos Estados frágeis estão presentes em São Tomé e Príncipe:

- *instituições políticas e económicas frágeis;*
- *grande vulnerabilidade aos choques internos e externos.*

Em consequência desta realidade, São Tomé e Príncipe aderiu, voluntariamente, em 2014, ao **grupo g7+**, uma associação voluntária de países em situação de conflito ou de emergência, comprometidos com um genuíno processo de transição para a resiliência e o desenvolvimento durável, tendo, por isso, assinado a Carta de valores e princípios deste grupo de vinte (20) países: Afeganistão, Haiti, Libéria, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Sudão do Sul, Timor Leste, como países fundadores aos quais se juntaram, Burundi, Chade, Comores, Costa do Marfim, Guiné, Guiné-, Somália, Togo Bissau, Ilhas Salomão, Papua Nova Guiné, República Centro-africana, São Tomé e Príncipe e Iémen).

Com a adoção do ‘Novo Compromisso para o engajamento nos Estados frágeis’, o primeiro conjunto de princípios que norteia o envolvimento concertado e internacional nos estados afetados por conflitos, endossado em novembro de 2011, durante o 4º Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda em Busan, Coreia do Sul, por 44 países e várias organizações internacionais, este grupo de países decidiu juntar-se e harmonizar posições em relação ao acordo ‘New Deal’ para promover a sua apropriação e incentivar liderança nacional na condução do processo inerente.

O principal desafio é o de resolver os conflitos, fortalecer as instituições, promover e consolidar a paz, reforçar o Estado de direito e erradicar a pobreza, através de um modelo inovador de desenvolvimento. Isto só pode ser conseguido através de um genuíno processo de diálogo, com vista a recolher e integrar os pontos de vista de gente de vários horizontes, em particular as pessoas afetadas pela situação de fragilidade ou, ainda, aquelas que têm um papel a desempenhar na construção da paz e da resiliência, bem como na promoção do desenvolvimento inclusivo.

Para garantir o sucesso desta nova abordagem, o grupo assumiu, também, o compromisso de, a nível interno, implicar várias instituições nacionais, o setor privado, a sociedade civil, os órgãos de comunicação social e, no plano internacional, engajar os parceiros internacionais de desenvolvimento, cooperando, simultaneamente, com países vizinhos, os países da região e os de outras regiões, com vista a empreender reformas e surgir com um novo paradigma que apela ao envolvimento articulado da comunidade internacional.

Ao aderir ao g7+, São Tomé e Príncipe subscreveu e passou a estar vinculado a este acordo internacional denominado *New Deal*.

O *New Deal* é uma abordagem inovadora que comporta cinco objetivos designadamente **i), política inclusiva, ii) segurança, iii) justiça, iv) bases económicas e v) receitas e serviços**, como uma nova forma de engajar os Estados frágeis e a comunidade de doadores, através de um diálogo construtivo e um esforço partilhado na construção da paz e do Estado de direito. Tais objetivos de Construção da Paz e do Estado de direito (*Peacebuilding and State Building Goals – PSG*), constituem os fundamentos para se poder atingir o estatuto de Estado resiliente e, assim, estar mais bem preparado para realizar os ambiciosos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS).

Foi neste quadro que o Governo de São Tomé e Príncipe, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no cumprimento das suas obrigações enquanto membro do grupo g7+, decidiu realizar a primeira avaliação sobre a fragilidade de São Tomé e Príncipe e, conseqüentemente, incorporar as deliberações desta avaliação nos seus planos nacionais de desenvolvimento, nomeadamente na sua Agenda de transformação 2030 (*“O País que queremos”*) e no plano nacional de desenvolvimento 2017-2021, dos quais a avaliação deriva. De igual modo, o resultado desta avaliação servirá para influenciar as estratégias do país relativas aos compromissos internacionais subscritos em matéria de desenvolvimento sustentável, particularmente a Agenda 2030 das Nações Unidas, traduzida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063 da União Africana.

Como país membro do g7+ e do New Deal desde 2014, é a primeira vez que São Tomé e Príncipe se submete a um processo de avaliação de fragilidade. A metodologia utilizada combinou elementos como a revista literária, inquéritos, entrevistas, dois fóruns de consultas, o primeiro destinado à sociedade civil, as ONGs e as universidades, o segundo reservado aos doadores e parceiros de desenvolvimento e, como ponto culminante, os dois ateliers nacionais reunindo todas as partes interessadas. Sob a liderança do Governo, estes ateliers foram realizados em São Tomé, capital do país, e em Santo António, capital da Região Autónoma do Príncipe

Em cada uma das etapas, foram produzidos resultados e recomendações que vão alimentar as estratégias nacionais de desenvolvimento e contribuir para resolver, de forma sustentável, os problemas de segurança, justiça, emprego e rendimento dos cidadãos.

Os dois últimos fóruns, que reuniram uma multiplicidade de partes interessadas, permitiram a realização de um debate alargado, durante o qual se produziu a síntese das contribuições recolhidas nas sessões anteriores.

Em todas as sessões participaram os membros do Comité Nacional do New Deal que, ao longo do processo, cumpriram com os requisitos dos termos de referência que lhes foram preparados.

Por fim, a síntese deste exercício está representada na matriz de fragilidades apresentada no fim deste relatório. O espectro de fragilidade é uma ferramenta qualitativa, não quantitativa. Essa ferramenta tenta explicar o estádio específico em que um país se encontra, tendo em consideração o processo de transição em curso. Uma transição da fragilidade para a resiliência nem sempre é linear, podendo ocorrer entraves e retrocessos. Por isso, não se deve assumir que as transições são, sistematicamente, progressivas e que uma etapa conduzirá, necessária e automaticamente, à seguinte. Entraves e retrocessos são comuns e países podem permanecer facilmente estagnados num estádio, por um período mais ou menos longo de tempo. O espectro de fragilidade deve, por isso, ser usado como um instrumento de observação das trajetórias dos países rumo ao desenvolvimento sustentável, e não como um indicador de fracasso ou de sucesso.

A matriz do espectro de fragilidade reporta-se aos seguintes estádios convencionais de fragilidade: (1) Crise; (2) Reconstrução; (3) Transição; (4) Transformação; e (5) Resiliência.

INTRODUÇÃO

Uma situação de fragilidade é definida como a incapacidade ou a limitação de um Estado em desempenhar, de forma eficaz, as funções básicas de governação:

- aprofundar a democracia, apoiando a emergência de instituições fortes e independentes;
- assegurar a tranquilidade e paz e garantir a segurança;
- defender o estado de direito, garantir a liberdade de expressão e de opinião, e assegurar o acesso à justiça e à informação plural;
- promover o crescimento económico sustentável e inclusivo e proteger o ambiente;
- criar oportunidades de emprego e fornecer fontes sustentáveis de renda com vista a combater a pobreza e a exclusão social;
- fornecer à sua população serviços sociais de base, tais como a saúde, a educação, água, energia e saneamento.

A fragilidade refere-se a uma variedade de situações, nomeadamente: países em guerra, países em conflito, países afetados por crises humanitárias e naturais, países em contexto de reconstrução pós-crise ou países em situação de pobreza extrema. Consideram-se também estados frágeis aqueles que são muito vulneráveis a choques internos e externos, tais como crises económicas ou calamidades naturais.

Não sendo um Estado com registos de conflito e violência presentes ou passados, São Tomé e Príncipe é um **micro estado** insular, fortemente dependente da ajuda e dos choques externos, com limitada base produtiva, fraco desenvolvimento dos recursos humanos e que tem sofrido de instabilidade institucional recorrente, o que tem prejudicado a previsibilidade, a transparência e a coerência dos processos e decisões sobre políticas públicas, comprometendo o êxito dos sucessivos planos de desenvolvimento económico e social. Duas características intrínsecas aos Estados frágeis estão presentes em São Tomé e Príncipe: instituições políticas e instituições económicas débeis. Em

consequência, São Tomé e Príncipe aderiu, voluntariamente, em 2014, ao **grupo g7+**, uma associação voluntária de países em situação de conflito ou dele emergentes, comprometidos com um genuíno processo de transição para a resiliência e desenvolvimento durável, tendo, por isso, subscrito a Carta de valores e princípios deste grupo de vinte (20) países: Afeganistão, Haiti, Libéria, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Sudão do Sul, Timor Leste, como países fundadores aos quais se juntaram o Burundi, Chade, Comores, Costa do Marfim, Guiné, Guiné-Bissau, Ilhas Salomão, Papua Nova Guiné, República Centro-africana, São Tomé e Príncipe, Somália, Togo e Iémen.

Atualmente, Estados frágeis constituem um dos maiores desafios em matéria de desenvolvimento. Tendo sido os que menos progressos fizeram em relação à realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (**ODM**), assume-se que nestes Estados continuem a concentrar-se o maior número de pobres num futuro próximo. O incremento da violência no Sudão, os conflitos de longa duração na Somália, República Democrática do Congo e República Centro-africana, a violência mortífera e a destabilização na Nigéria e nos Camarões, resultantes da expansão do islamismo radical no continente, são alertas de que a violência e a fragilidade continuam a afetar várias regiões do continente africano e do mundo.

De acordo com a **OCDE** (2015), mais de metade da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (**APD**) tem sido canalizada para os Estados frágeis. Porém, os progressos realizados têm sido tímidos na evolução da situação de crise para a resiliência. Assim, afigura-se evidente que para além dos recursos financeiros, serão necessárias intervenções mais abrangentes e eficazes para que estes Estados possam alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (**ODS**), entre os quais figura a promoção da paz, da justiça e de instituições fortes (Objetivo 16).

Com a adoção do “Novo Compromisso para o engajamento nos Estados frágeis”, o primeiro conjunto de princípios que norteiam o envolvimento internacional em Estados afetados por conflitos, endossado em novembro de 2011, em Busan, Coreia do Sul, por 44 países e várias organizações internacionais durante o 4º Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda,

este grupo de países decidiu juntar-se e harmonizar posições em relação ao pacto “New Deal” para promover a sua apropriação e incentivar liderança nacional na condução do processo inerente. O principal desafio é o de resolver os conflitos, fortalecer as instituições, promover e consolidar a paz, reforçar o Estado de direito e erradicar a pobreza, através de um modelo inovador de desenvolvimento. Isto só pode ser conseguido através de um genuíno processo de diálogo com vista a recolher e integrar os pontos de vista de gente de vários horizontes, particularmente as pessoas afetadas pela situação de fragilidade ou ainda aquelas que têm um papel a desempenhar na construção da paz e da resiliência e na promoção do desenvolvimento inclusivo.

Para garantir o sucesso desta nova abordagem, o grupo assumiu também o compromisso de, a nível interno, implicar várias instituições nacionais, o setor privado, a sociedade civil, os órgãos de comunicação social e, no plano internacional, engajar os parceiros internacionais de desenvolvimento, e cooperar com países vizinhos, os países da região e os de outras regiões, com vista a empreender reformas e apresentar um novo paradigma que apela ao envolvimento da comunidade internacional.

O CONTEXTO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

São Tomé e Príncipe é uma democracia em consolidação que escolhe os seus dirigentes através de eleições regulares, cujos resultados são aceites, internamente, sem grandes contestações e, externamente, sem grandes reservas. A Constituição consagra a separação de poderes (legislativo, executivo e judicial), as liberdades individuais e os direitos dos cidadãos.

As eleições legislativas de 2014 deram uma maioria absoluta ao partido Ação Democrática Independente (ADI), daí tendo resultado a formação do XVI Governo Constitucional, chefiado pelo Primeiro Ministro Patrice Emery Trovoada. O Governo granjeou assim o necessário suporte parlamentar, abrindo portas a uma estabilidade governativa para toda

O objetivo desta avaliação de fragilidade é facilitar este processo de diálogo para se ter, por um lado, uma melhor compreensão das fontes e fatores de fragilidade em São Tomé e Príncipe, tendo como referência os cinco “clusters” da abordagem “New Deal”, designadamente: (i) política inclusiva; (ii) segurança; (iii) justiça; (iv) bases económicas; (v) receitas e serviços e, por outro, desenvolver uma matriz de fragilidades com base na observação, interpretação e perspetivas dos próprios cidadãos nacionais.

É um primeiro passo para se desenvolver soluções nacionais para os desafios que o país enfrenta, tal como referenciados nos documentos estratégicos “Visão 2030”, “Agenda de Transformação de São Tomé Príncipe” e o “Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021”, os quais integram no seu seio os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O “valor acrescentado” particular deste exercício, resulta do facto de poder, verdadeiramente, refletir e representar os pontos de vista das partes interessadas nacionais, muitas das quais não estão envolvidas num diálogo regular com as autoridades e os círculos políticos nacionais.

a legislatura, isenta das arriscadas alianças de conveniência. As presidenciais de 2016 consagram a vitória do candidato do ADI, Evaristo de Carvalho, que se tornou no quarto Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe democraticamente eleito, reforçando assim as bases da estabilidade governativa.

O poder judiciário são-tomense continua, porém, a ser alvo de fortes críticas por parte dos outros órgãos de soberania (a Presidência da República, a Assembleia Nacional e o Governo), assim como da Ordem dos advogados e, mais globalmente, da sociedade civil e dos utentes da justiça, o que revela o seu estado de descrédito.

No decorrer da presente década, a economia de São Tomé e Príncipe (STP) tem-se comportado de forma positiva, com o PIB a crescer a um ritmo superior a 4% ao ano. Em

2016, a economia cresceu 4,1%, acima da média do continente africano. Se, por um lado, a economia pôde resistir ao choques externos consubstanciados na diminuição da ajuda pública ao desenvolvimento e nas incertezas geradas à volta das grandes expectativas criadas em 2013 sobre a exploração comercial de petróleo na Zona de Exploração Conjunta com a Nigéria, mantendo um crescimento positivo do PIB, proporcionando o aumento das reservas internacionais e uma forte redução da inflação situada nos 4%, o valor mais baixo das duas últimas décadas, o crescimento económico foi manifestamente insuficiente para reduzir significativamente a pobreza que se manteve nos 62,6 % da população e combater o desemprego (13,4%) e o subemprego (67%), de acordo com os dados do INS. Os grupos mais afetados por esta crise de emprego são os jovens e as mulheres e, facto novo, sendo muitos detentores de diplomas de ensino superior e de formação profissional.

O desempenho fiscal ficou, também, aquém das expectativas e a dívida externa do país, que tinha reduzido substancialmente com o processo de conclusão da iniciativa para os países pobres altamente endividados, voltou a situar-se na zona de risco.

Enquanto pequeno Estado insular, sabe-se que o desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe está condicionado pela sua insularidade, fragilidade, recursos limitados e fraca capacidade produtiva, excessivo peso do Estado na economia e uma administração pública sobredimensionada e, consequentemente, ineficiente.

Tendo em conta que o país adotou, recentemente, uma nova visão de desenvolvimento sustentável com o horizonte em 2030, denominada Agenda de Transformação, a qual foi apresentada na Primeira Conferência Internacional dos Investidores e Parceiros de São Tomé e Príncipe, STeP IN London 2015, apostando em setores como as infraestruturas, a agricultura, o turismo e a pesca, e estando em curso no país a elaboração de um plano nacional de desenvolvimento (PND) 2017-2021, num processo participativo, espera-se que, com a implementação dos mesmos, sejam concretizadas as reformas estruturais indispensáveis para que o país possa alcançar

um crescimento económico mais robusto e sustentável, gerador de emprego digno e capaz de contribuir para a redução efetiva da pobreza e das desigualdades sociais.

NOVO COMPROMISSO/ “NEW DEAL” E AVALIAÇÃO DA FRAGILIDADE

Enquanto membro de direito do grupo de países g7 +, São Tomé e Príncipe está empenhado na implementação do New Deal, com o objetivo de identificar e combater as causas da sua fragilidade e construir um caminho para a resiliência. Adotado em novembro de 2011 pelos Estados-membros do g7 + e pelos parceiros internacionais, o New Deal elegeu cinco objetivos relativos à consolidação da paz e à construção do Estado que ajudarão na determinação das prioridades:

1. política inclusiva;
2. segurança;
3. justiça;
4. bases económicas;
5. receitas e serviços

Como a maioria dos países em desenvolvimento fortemente dependentes, São Tomé e Príncipe tem a consciência que a ajuda humanitária e assistência ao desenvolvimento convencional são um contributo positivo para fornecer soluções de curto prazo, mas que se revelam insuficientes para construir soluções duradouras e de longo prazo.

Ao subscrever o New Deal, o país pretende assumir um maior protagonismo no seu processo de desenvolvimento, e reduzir a influência dos parceiros de desenvolvimento na determinação do seu caminho para o progresso económico e social. Assim sendo, torna-se capital identificar as falhas e insuficiências das abordagens clássicas do passado, e atribuir maior protagonismo aos atores nacionais, promovendo a liderança e a apropriação nacional no processo do desenvolvimento económico e social.

Neste cenário, a avaliação de fragilidade deve ser assumida e conduzida pelos atores nacionais. Assim feita, ela oferece mais garantias na identificação dos principais fatores e fontes de fragilidade e na escolha das ações prioritárias a serem desenvolvidas no quadro dos cinco objetivos de consolidação da paz e da construção do Estado de direito. Neste processo

serão também recolhidos subsídios importantes que ajudarão os planificadores no desenho dos planos nacionais de desenvolvimento e servirão como meio para congregar os parceiros internacionais no apoio à implementação dos referidos planos.

ARTICULAÇÃO DO NEW DEAL COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Mudar de paradigma para uma nova estratégia de desenvolvimento e fazer de São Tomé e Príncipe um Estado moderno de rendimento médio e suscetível de oferecer aos seus cidadãos melhores condições de vida e de existência digna no horizonte 2030, é o propósito e ambição do XVI Governo Constitucional, traduzidos na Agenda de Transformação de São Tomé e Príncipe. Esta agenda elegeu como principais objetivos:

1. Reduzir a pobreza, nas zonas rurais e costeiras;
2. Promover o emprego jovem, através da educação e da formação profissional;
3. Reforçar o sistema sanitário;
4. Melhorar as ferramentas de gestão pública e administrativa;
5. Promover a transparência e a responsabilização, relativamente à prestação da Administração Pública;
6. Reforçar a segurança interna, a segurança pública e a segurança costeira;
7. Simplificar a legislação e melhorar o ambiente de negócios;
8. Implementar programas de infraestruturas de apoio ao crescimento;
9. Garantir a proteção do ambiente e o controlo dos operadores.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2022, que vem substituir o modelo das estratégias nacionais de redução da pobreza, constitui um instrumento estratégico fundamental na implementação da Agenda de Transformação 2030 e define como prioridades:

1. Valorizar o potencial de desenvolvimento económico do país e reforçar a sua integração na economia

Com este exercício, S. Tomé e Príncipe marca o início do processo de implementação efetiva do New Deal passando à situação de cumprimento desta obrigação que decorre do simples ato de adesão ao grupo g7+.

global para alcançar um crescimento económico acelerado e sustentável, gerador de emprego e redutor da pobreza;

2. Acelerar e aprofundar reformas estruturais para melhorar, significativamente, o ambiente de negócios e assim estimular o investimento privado externo e doméstico, permitindo ao país criar mais riqueza que através de mecanismos de distribuição equitativos, contribuirão para melhorar as condições de vida da população;
3. Melhorar a capacidade de gestão estratégica de desenvolvimento nacional, fortalecer a boa governação e a democracia, criando assim condições para, mais eficazmente, reduzir a pobreza, erradicar a fome, reduzir as desigualdades, combater as mudanças climáticas e proteger o ecossistema, com vista a alcançar progressos substanciais na realização dos ODS e, conseqüentemente, melhorar o índice de desenvolvimento humano dos são-tomenses;
4. Desenvolver a infraestrutura de redes de energia, transportes, água e saneamento, e promover o desenvolvimento das telecomunicações e das TIC, com a perspetiva de reduzir os custos dos fatores de produção, melhorar as condições de vida da população e explorar as oportunidades oferecidas pela parceria público-privada;
5. Melhorar a gestão da terra e a preservação do ambiente.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021 de São Tomé e Príncipe é um dos instrumentos de implementação da Agenda de transformação 2030. Ambos estão alinhados com os princípios do New Deal, através de um conjunto de objetivos de apoio à construção da paz e do Estado de direito democrático (PSG), nomeadamente: (a) política legítima, (b)

segurança, (b) justiça, (d) fundamentos econômicos, e (e) receitas e serviços, adotados no Quarto Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda e apoio internacional aos Estados frágeis realizado em novembro de 2011. Estes

mesmos objetivos estão englobados, de forma explícita ou implícita, nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável consignados na Agenda 2030 das Nações Unidas sobre o desenvolvimento durável.

QUADRO RELACIONAL DOS OBJECTIVOS		
GRANDES PRIORIDADES NACIONAIS (AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO E PND 2017-2021)	PSG (NEW DEAL9)	ODS (NU)
1. Reduzir a pobreza nas zonas rurais e costeiras	PSG1, PSG 4, PS 5	1, 2, 4, 5, 7,8, 10 e 16
2. Promover o emprego jovem através da educação e da formação profissional	PSG 1PSG 4, PSG 5	4, 5, e 8
3. Reforçar o sistema sanitário	PSG 1PSG 4, PSG 5	1, 5, 9 e 11
4. Melhorar as ferramentas de gestão pública e administrativa	PSG1, PSG2, PSG 3	4, 5, 9, 16 e 17
5. Promover a transparência e a responsabilização, relativamente à prestação da Administração Pública;	PSG1, PSG2, PSG 3	5, 16 e 17
6. Reforçar a segurança interna, a segurança pública e a segurança costeira	PSG1, PSG 3	15 e 16
7. Simplificar a legislação e melhorar o ambiente dos negócios;	PSG1, PSG2, PSG3, PSG4, PSG5	8
8. Implementar programas de infraestruturas de apoio ao crescimento	PSG1, PSG 4	6, 7, 9, 10 e 11
9. Garantir a proteção do ambiente e o controlo dos operadores.	PSG1, PSG 3	5, 16, 15,-16 e 17

PROCESSO DE AVALIAÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Como país membro do G7+ e do New Deal desde 2014, é a primeira vez que São Tomé e Príncipe se submete a um processo de avaliação de fragilidade. A metodologia utilizada combinou elementos como a revista literária, inquéritos, entrevistas, dois fóruns de consultas, o primeiro destinado à sociedade civil, as ONGs e as Universidades, o segundo reservado aos doadores e parceiros de desenvolvimento e, mais importante, os dois **ateliers** nacionais reunindo todas as partes interessadas. Estes **ateliers**, organizados sob a liderança do Governo, foram realizados em São Tomé,

capital do país e em Santo António, capital da Região Autónoma do Príncipe

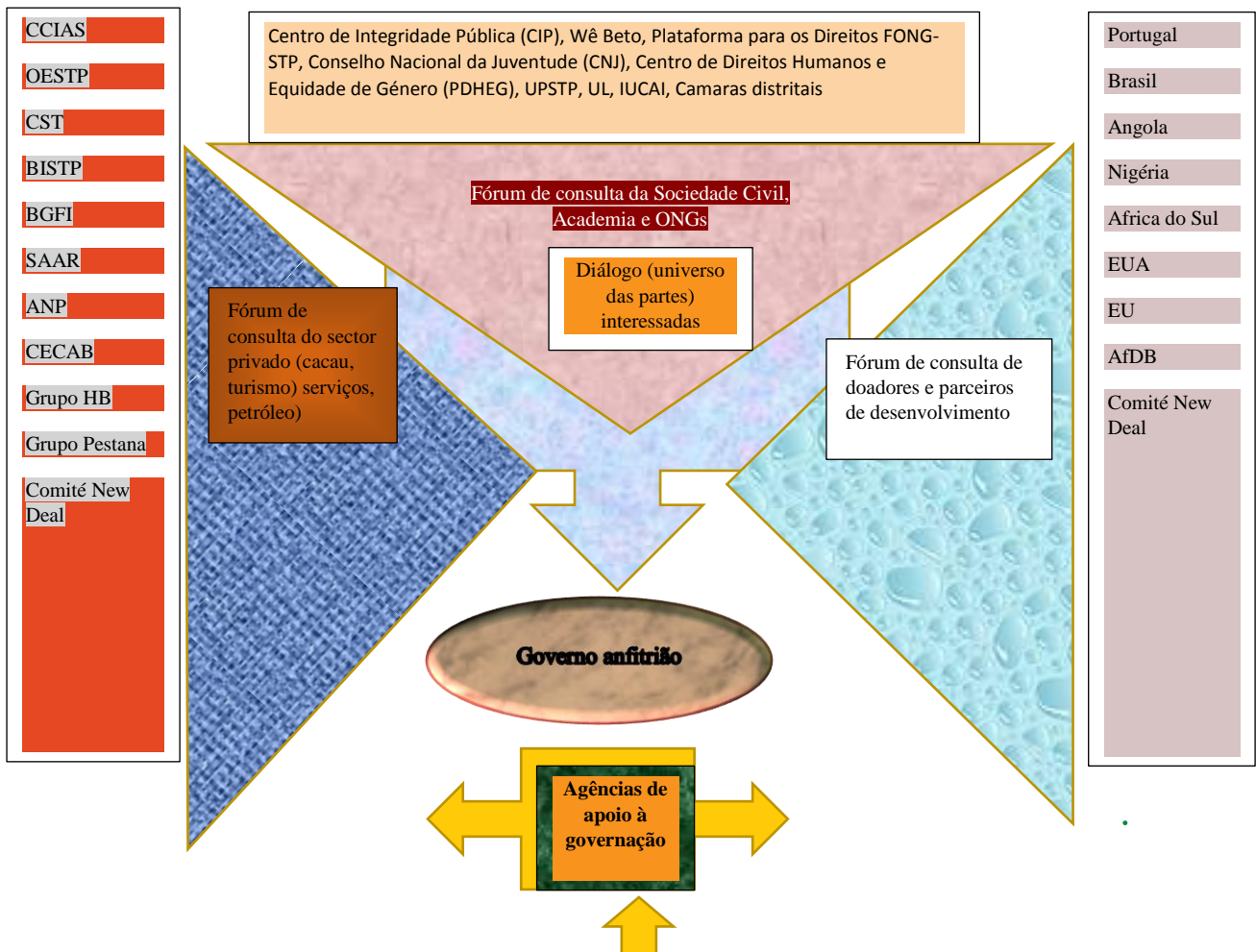
Na oficina de São Tomé, o país contou com a participação de peritos da Unidade de Estratégias e Políticas para Fragilidade e Resiliência das Nações Unidas em Nova Iorque e da Plataforma da Sociedade Civil para Consolidação da Paz e Reforço do Estado. O apoio destas instituições constitui um contributo fundamental para o reforço das competências da Sociedade Civil nacional organizada, no processo de escolhas das políticas de desenvolvimento e no controlo da atividade organizativa. Em cada uma destas etapas foram produzidos resultados e recomendações que vão alimentar as estratégias nacionais de

desenvolvimento e contribuir para resolver, de forma sustentável, os problemas de segurança, justiça, emprego e rendimento dos cidadãos

No decurso dos dois últimos fóruns que reuniram uma multiplicidade de partes interessadas, conseguiu-se, através de um debate alargado, produzir a síntese das contribuições recolhidas nas sessões anteriores. Em todas as sessões participaram os membros

do Comité Nacional do New Deal que ao longo do processo cumpriram com os requisitos dos termos de referência que lhes foram preparados.

A figura abaixo ilustra, graficamente, o processo utilizado para a avaliação conjunta e participativa das fragilidades de São Tomé e Príncipe e o quadro que se segue à matriz tipo de avaliação do desempenho da ação governativa.



QUADRO 1: MATRIZ TIPO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTADO POR OBJETIVO DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ E DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO

DOMÍNIO	EFICÁCIA	LEGITIMIDADE
Político (Política inclusiva)	Instituições políticas e processos inclusivos que funcionam de acordo com as regras de um Estado de direito, se submetem de forma regular à prestação de contas e que administram de forma criteriosa os recursos públicos, em prol do bem comum, para atender as necessidades dos cidadãos e da sociedade	Instituições políticas que se submetem regularmente ao escrutínio popular, através de processos justos e transparentes, respeitadores dos valores éticos e sociais e que não favorecem nenhuma organização ou grupo particular. Instituições que promovem a tolerância e a diversidade, incluindo oportunidades para práticas religiosas, culturais e costumes.
Segurança	Instituições nacionais permanentes e regulares com capacidade, preparação e meios para a preservar a ordem pública e a integridade das pessoas e do património, através dos seguintes órgãos: polícia nacional, polícia municipal, polícia militar e os corpos de bombeiros; assegurar a defesa da pátria e a garantia dos poderes constitucionais, através das forças armadas, nos seus ramos do exército, marinha e força aérea	Instituições republicanas, unidas e organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do poder político, que atuam exclusivamente com base na Constituição, respeitando os princípios da legalidade e da estabilidade e imunes a todas formas de coação ou alienação por outras instituições e exclusivamente comprometidas com a defesa dos interesses superiores da Nação.
Justiça	Justiça acessível a todos. Processos céleres, sobretudo em matéria civil e comercial. Boa taxa de resolução dos processos. Competências judiciárias satisfatórias. Utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) nos sistemas de gestão dos processos. Recolhe a confiança dos cidadãos e dos agentes económicos. Os agentes são submetidos regularmente a um sistema de avaliação de desempenho.	O acesso aos cargos do Poder Judiciário, apesar de não resultar em participação popular, granjeia a sua legitimidade quando se processa no estrito respeito das disposições constitucionais, das leis e dos regulamentos. Sendo, talvez, o mais importante dos poderes, é, todavia, bem menos representativo que os outros poderes. Razão pela qual, seria judicioso que os seus membros mais proeminentes fossem submetidos a uma comissão de ética antes da sua aprovação e confirmação pelo parlamento nacional. É fundamental que o poder judiciário crie na opinião pública uma percepção de independência.
Económico (Bases económicas)	Instituições económicas que contribuem para o crescimento sustentável da economia (incluindo a criação de empregos), protegem a economia dos choques externos e garantem a adaptação às mudanças económicas, tecnológicas e climáticas.	Exploração sustentável dos recursos naturais e preservação do ecossistema. Equidade na repartição dos frutos do crescimento económico e proteção dos grupos mais vulneráveis da sociedade.
Social	Governos capazes de fornecer ou facilitar o acesso da população, em geral, aos serviços sociais fundamentais de qualidade, nas áreas da educação, saúde, água potável, energia, habitação, saneamento (indicadores como mortalidade infantil, taxa de escolarização juvenil, taxa de prevalência do HIV, taxas de vacinação infantil e acesso à água e saneamento melhorados são muito importantes).	Recursos do Estado provenientes das receitas fiscais, de contração de dívidas, da ajuda pública ao desenvolvimento e outras formas de donativos prioritariamente alocados a programas de desenvolvimento económico e social, com principal enfoque no combate à pobreza e na inclusão e, em contrapartida, afetados, com muita ponderação, às despesas militares, paramilitares e de proteção pessoal ou coletiva de dirigentes do Estado.

ANALISE DA SITUAÇÃO POR OBJETIVOS (PSG)

1. PGS 1: POLÍTICAS INCLUSIVAS: fomentar a prática de políticas inclusivas e combater a marginalização e o clientelismo político

Conceito

Nos Estados frágeis, os níveis de confiança nas instituições, nos partidos políticos e entre os cidadãos de diferentes grupos e sensibilidades, tende a ser baixo. Pacificar a vida política, gerir as diferenças ideológicas e libertar os debates sobre as opções de governação, em suma, consolidar a democracia e promover o bem-estar e a justiça social para todos, exige dos atores políticos uma visão clara, um espírito de missão, capacidade de liderança e um comprometimento com a competência e o mérito dos decisores e servidores do Estado a diferentes níveis. As instituições e as políticas devem garantir a transparência, a eficácia e a eficiência na gestão da coisa pública, assegurando a prestação regular de contas aos cidadãos e garantindo oportunidades de participação de todos na vida política, económica e social do país. Devem favorecer a emergência de uma sociedade civil engajada, que monitoriza construtivamente a ação governativa e zela pelo respeito das liberdades individuais dos cidadãos e de todos os outros direitos consagrados na Constituição e nas Convenções e Cartas internacionais subscritas e ratificadas pelo país.

Evolução e progresso no quadro e nas instituições políticas nacionais

Ao longo dos 28 anos de regime multipartidário, foram-se agravando as disjunções políticas e sociais entre os governantes e os governados.

A democracia tem sido alienada pela classe política, o que tem travado a emergência de instituições fortes e legítimas, permitindo assim que as elites no poder se atribuam privilégios e benesses e utilizem os recursos públicos para alimentar seguidores e amigos políticos, em troca de lealdade e apoio político incondicional;

O contínuo incumprimento de sucessivas promessas de melhoria das condições de vida das populações contrapunha-se aos casos de rápido enriquecimento dos detentores do poder político,

tão mais injustos e injustificáveis quanto todos conhecem as origens dos ‘novos ricos’. Neste quadro, a corrupção e a má governação tornaram-se, na opinião dos são-tomenses, nas causas principais do seu empobrecimento.

Nesse contexto de pobreza e de marginalização de parte da população, *o lema da mudança transformou-se, mais uma vez, como em 1990, numa mensagem mobilizadora* e voltou, assim, a ter eficácia política nas eleições de 2010. Esta mensagem foi particularmente acolhida pelos mais novos, porque por um lado, falta-lhes a memória da *mudança* de inícios dos anos 1990 e da desilusão que esta semeou e, por outro, julgaram o país capaz de novo nascimento pela remoção dos políticos corruptos e do passado. O partido ADI, maximizou o efeito desta mensagem de esperança numa campanha onde este partido revelou um grau de agressividade e organização assinaláveis para o comumente observado no país, tendo vencido as eleições com maioria relativa.

Como era expectável, do governo do ADI escutaram-se as proclamações de empenho, rigor, reforma, e acima de tudo, de combate à corrupção e de restrição dos privilégios dos detentores de cargos cimeiros da administração. Em agosto de 2011, Manuel Pinto da Costa é, pela primeira vez, eleito democraticamente, na segunda volta das eleições ao cargo de Presidente da República contra Evaristo de Carvalho, candidato do ADI, voltando ao poder vinte anos depois de o ter deixado. Deu-se assim início a um novo período de difícil coabitação, dada a hostilidade reinante entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, herdada da execrável relação que desenvolveram no passado enquanto dirigentes do MLSTP e governantes de São Tomé e Príncipe Manuel Pinto da Costa e Miguel Trovoada, pai do Primeiro-Ministro Patrice Trovoada, que foi preso político no regime de partido único.

Apesar de uma tensão em crescendo entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro e do apoio parlamentar minoritário, o governo de Patrice Trovoada gozava de um estado de graça e de alguma expectativa positiva em torno da necessidade de o país enveredar pela via da modernização e do desenvolvimento.

A queda deste governo minoritário, através de uma moção de censura inoportuna e principalmente injustificada aos olhos da população, gerou um sentimento de revolta que se revelou fatal para a troika que assumiu o poder.

Mais homogêneo, mais criativo, melhor organizado e mais influente junto da população, o partido ADI vence sem grandes surpresas as eleições legislativas de outubro de 2014, infligindo uma derrota humilhante aos demais partidos e coligações e conquistando uma histórica maioria parlamentar absoluta. Pinto da Costa, ainda Presidente da República, sai muito fragilizado deste pleito eleitoral, assumindo um papel mais de espetador do que ator da vida política nacional

A 7 de agosto de 2016, Evaristo Carvalho, candidato do partido Ação Democrática Independente (ADI), foi eleito presidente de São Tomé e Príncipe, um dos poucos Estados africanos com um sistema semipresidencialista. Pela primeira vez nos 25 anos da história da democracia de São Tomé e Príncipe, o candidato do partido no poder ganhou as eleições. No entanto, ao contrário das eleições anteriores, pela primeira vez, as eleições foram marcadas por acusações de irregularidades que culminaram com a recusa do presidente em exercício, Manuel Pinto da Costa, o segundo candidato mais votado, a participar na segunda volta do escrutínio presidencial. Nos círculos políticos do país e no seio da sociedade civil, prevalece a percepção de que o Presidente Evaristo de Carvalho, homem próximo e de confiança do Primeiro-Ministro Patrice Trovoada, se tem comportado mais como um facilitador da ação governativa do que como um defensor da Constituição, da democracia e das liberdades individuais.

Uma tal harmonia entre governo e presidente é sem precedentes em São Tomé e Príncipe, porque nas cinco eleições presidenciais anteriores o eleitorado sempre preferiu a coabitação entre os dois órgãos do poder, a Presidência e o Governo.

Uma situação um pouco diferente ocorreu aquando das primeiras eleições presidenciais livres de 1991, quando Miguel Trovoada, pai de Patrice Trovoada, foi eleito Presidente da República com apoio do Partido da Convergência Democrática (PCD) que tinha vencido com maioria absoluta as eleições legislativas anteriores. Porém, o presidente Miguel Trovoada, que exerceu dois mandatos (1991-2001), não era das fileiras do PCD. Muito cedo, começaram a evidenciar-se diferenças

profundas entre a agenda do Presidente e a do então partido do Governo. A tão ansiada transição pacífica e harmoniosa, do monopartidariíssimo para a democracia plural, falhou redondamente. Esta adversidade terá influenciado negativamente todos os ciclos subsequentes de governação do país, onde a dissonância entre os presidentes e os chefes do executivo tornou-se uma prática banal. O país entrou num período de instabilidade recorrente e a regra passou a ser de governos de curta duração, tendo sido constituídos, entre 1991 e 2016, dezasseis (16) governos, empossados por três (3) Presidentes da República.

A existência de seis partidos políticos - ADI, MLSTP/PSD, PCD, UDD, MDFM/PL, CODO e PT - num universo de 100.000 eleitores e num sistema de representação proporcional, impediu, durante muitos anos, a constituição de maiorias absolutas, conduzindo à formação de governos minoritários ou governos de coligação, formados não com base em programas comuns ou acordos pontuais sobre medidas de política, mas em simples arranjos artificiais, cuja finalidade principal era a partilha de pastas ministeriais e funções de chefia nas principais administrações. As principais características destes governos eram a sua fraqueza e falta total de coesão, convertendo-se numa simples adição de ministros.

Em 2003, a Assembleia Nacional aprovou uma revisão constitucional para reduzir os poderes do presidente e reforçar o dos parlamentares, com o objetivo de reduzir os poderes do Presidente relativos à demissão dos Governos. De acordo com a revisão constitucional que entrou em vigor em 2006, o Presidente só poderia demitir um Primeiro-ministro em condições muito excecionais e sob reserva da consulta e do parecer favorável do Conselho do Estado.

Com uma confortável maioria no parlamento, resultante das eleições legislativas de 2012 (33 dos 55 deputados da Assembleia Nacional) o XVI governo constitucional chefiado por Patrice Trovoada será o primeiro a completar o seu mandato de quatro anos desde de 1991.

O Presidente Evaristo Carvalho e o Primeiro-ministro Patrice Trovoada têm feito tudo para exteriorizar a imagem de uma estabilidade política sem precedentes e assim mitigar os danos colaterais causados à credibilidade da

democracia santomense, devido às alegações de fraude e à gestão, no mínimo infeliz, do apuramento e validação dos resultados do ato eleitoral pelos organismos competentes, em particular a Comissão Eleitoral Nacional.

A pesada derrota nas eleições legislativas de 2014 e a eleição de Evaristo de Carvalho para Presidente da República em 2016, trouxeram à luz do dia, não só os efeitos perversos das divisões e da crise de liderança que minam os partidos MLSTP/PDS, PCD, MDFM e UDD, como a ausência de estratégia credível de conquista do poder por parte dos seus dirigentes.

A inusitada estabilidade político-institucional sustentada por uma confortável maioria parlamentar e uma total convergência com o Presidente da República, abriram portas a uma governação que se previa pragmática e reformista, que otimizaria as expectativas de sucesso do XVI governo constitucional através de uma maior abertura à sociedade civil e um relacionamento de deferência e colaboração com a oposição. Adicionar à legítima democracia representativa uma dose da autêntica democracia participativa, transcendendo a expressão da vitória numérica, e criando espaços públicos de participação e de cidadania onde os grandes problemas, as opções e os planos de desenvolvimento bem como as indispensáveis reformas na área da economia, das finanças, da banca, do ambiente de negócios, da administração pública, da educação, da justiça, do ordenamento do território e desenvolvimento urbano, da energia e das forças armadas pudessem ser debatidas de forma responsável e descomplexada, o que contribuiria para cimentar a confiança entre o eleito e o eleitor e limitar as tensões entre o poder e a oposição. Ao invés, optou-se pela prática de exclusão (ausência de participação) ou, quanto muito, de participação passiva, o processo de decisão é unilateral, relevando exclusivamente da vontade e da escolha dos decisores ou da maioria, relegando todos os outros actores à condição de meros figurantes. Assim, o país vive de facto numa situação onde:

- a democracia está alienada pela classe política, o que tem freiado a emergência de instituições fortes e legítimas, permitindo assim que as elites no poder

se atribuam privilégios e benesses e utilizem os recursos públicos para alimentar seguidores e amigos políticos, em troca de lealdade e apoio político incondicional;

- esta prática de governação induzida, continua a camuflar e perpetuar governações exclusivas e exclusivistas, onde a legitimidade política se confunde com dominação política, conduzindo a que a maior parte da população fique excluída dos mecanismos políticos de participação;
- as instituições não estão suficientemente equipadas e revelam limitada capacidade para assegurar o primado da lei, a ordem e as regras de direito;
- a partidarização da administração pública tem sido uma prática regular que favorece a militância, em detrimento da qualificação, da competência e do mérito;
- apesar dos discursos internos e algum crédito atribuído por instituições internacionais ao país em matéria de boa governação e do respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, (11.^a posição no Índice Ibrahim de Boa Governação Africana 2017), os governantes (executivos e parlamentares), os administradores do Estado e, em menor grau, os funcionários públicos, beneficiam de um elevado grau de impunidade. Não existe ou não se aplica a norma da responsabilidade política e muito menos a de responsabilidade criminal com relação aos mais altos dirigentes, para quem a impunidade é quase total;
- a representação formal das mulheres nas instâncias políticas permanece baixa, em particular na Assembleia Nacional, no Governo e na Autarquias, onde as mulheres representam menos de 20% dos postos, apesar de constituírem cerca de 51% da população;
- a ausência de uma verdadeira política de valorização e desenvolvimento dos recursos humanos prejudica o desempenho da administração, privando o país da contribuição e do empenho de muitos dos seus melhores quadros;

- a falta de autonomia e de modelo de gestão na Administração Pública, deixa a mesma refém do poder político e de outras formas de clientelismo e favoritismo (afiliação partidária, grau de parentesco e amizade, subserviência, etc.);
- a sociedade civil está fundamentalmente faccionada e sem motivação e consequentemente, com limitada capacidade de influenciar as políticas públicas e exercer o controle sobre ações governativas;
- os processos de escolha dos dirigentes e as respetivas legitimidades estão frequentemente em causa, porque decididos em conflito ou com as normas constitucionais, ou com as leis ou ainda com regulamentos e regras administrativas, com base nas práticas de exclusão, de marginalização da minoria, e no favorecimento de grupos particulares, levando, consequentemente, à perda de credibilidade e popularidade no seio da população;

Problemas e desafios actuais

O maior desafio político que se apresenta ao país num futuro próximo, são as eleições legislativas, autárquicas e regional previstas para outubro do presente ano. À volta destas eleições giram os maiores focos de tensão, colocando, de um lado, o ADI e, do outro, os partidos da oposição.

O primeiro e mais mediático é o da criação do Tribunal Constitucional. O Tribunal Constitucional é o mais alto Tribunal da jurisdição constitucional são-tomense, sendo o órgão judiciário cuja função é zelar pela correta interpretação e aplicação da Constituição.

Previsto na Constituição da República, vinha funcionado como um apenso do Supremo Tribunal de Justiça, tendo sido constituído como órgão autónomo em janeiro de 2108, por vontade do Governo e do partido que o apoia. Embora reconhecendo a importância deste órgão, o poder e a oposição divergem tanto sobre a oportunidade como, e sobretudo, sobre o processo da sua criação. O que se pode concluir é que a criação deste órgão e a escolha dos seus juizes não foram

consensuais e estão envoltos em polémica. Enquanto o governo e a maioria que o apoia defendem que se tratou de um processo legítimo, normal e acertado no tempo, a oposição caracteriza-o como oportunista, sectário e ferido de inconstitucionalidade, recusando-se, consequentemente, a reconhecer a sua legitimidade.

O segundo, e não menos importante desafio, é o que diz respeito ao recenseamento eleitoral de raiz. Tal como se previa, o exercício não foi irrepreensível e insuspeito. Os partidos políticos da oposição parlamentar e extraparlamentar entregaram uma petição na Assembleia Nacional, pedindo auditoria à base de dados da CEN, alegando a existência de inúmeras irregularidades, que, segundo os mesmos, não credibilizariam as próximas eleições. A produção de cartões sem impressão digital, a detecção de duplicação de nomes e cartões e a constatação que a administração da base de dados era assegurada por apenas um técnico são, entre outras, as alegadas anomalias observadas. O certo é que o número de eleitores inscritos durante este último recenseamento eleitoral de raiz, foi inferior, em cerca de dez mil, ao número de eleitores inscritos nas eleições presidenciais de 2016, um desfecho que contraria a evolução demográfica de São Tomé e Príncipe.

Do ponto de vista político, a recondução no cargo de Presidente da Comissão Eleitoral Nacional do incumbente cessante, parece ser uma escolha pouco feliz da parte do Governo e do partido que o apoia. Para além da já referida polémica sobre o recenseamento eleitoral de raiz, a sua missão foi sombreada por outros episódios controversos. Foi ele quem coordenou os trabalhos da CEN nas eleições legislativas de 2014 que deram vitória por maioria absoluta ao Partido Ação Democrática Independente (ADI) assim como na polémica eleição presidencial de 2016, em que Evaristo Carvalho foi vencedor.

Um e outro resultado foram alvos de duras críticas por parte da oposição, mas, o mais contestado foi o das presidenciais, em que dois outros candidatos, designadamente o ex-presidente Manuel Pinto da Costa e Maria das Neves acusaram o Presidente da CEN e o então Presidente do Supremo Tribunal de Justiça na sua veste de Presidente do Tribunal Constitucional de "legitimar um ato fraudulento".

O estado da comunicação social em São Tomé e Príncipe é um outro tema importante sobre o qual

o poder, por um lado, e a oposição e a sociedade civil, por outro, têm opiniões diametralmente opostas.

A liberdade de imprensa é, inquestionavelmente, um dos principais alicerces de qualquer Estado de direito democrático e o acesso a uma comunicação social plural, isenta, competente e responsável, representa a tradução prática deste valor da democracia. Numa democracia autêntica e legítima, as forças políticas da oposição, a sociedade civil, os intelectuais, os fazedores de opinião, os agentes económicos e os sindicatos, entre outros, têm acesso regular aos órgãos de comunicação social, sobretudo aqueles que são públicos. Não pode haver democracia sem a liberdade de imprensa e uma oposição forte e responsável é fundamental para a democracia. O debate contraditório alimenta e fortalece a democracia, estimula o progresso e esclarece e educa a sociedade.

Longe de se limitar a meros atos esporádicos de consulta, a democracia participativa pressupõe uma implicação verdadeira e regular dos diferentes actores políticos e da sociedade civil no controlo da ação governativa, através de fóruns como o parlamento e, obviamente, os órgãos de comunicação social. Não é suficiente dar voz e ouvir esses actores - é fundamental, na democracia participativa, ter em conta as opiniões que eles expressam e os contributos que produzem.

Valendo-se dos relatórios de instituições como a *Fredoom House*, os governos têm motivos para proclamar que em São Tomé e Príncipe a imprensa é livre e que o estado da comunicação social é recomendável, manifestando, em consequência, a sua auto-satisfação com estas avaliações externas. Porém, tanto no seio da Associação dos jornalistas e do Conselho Superior de Imprensa como no da sociedade civil, há vozes sonantes que se vêm elevando contra o estado actual da comunicação social, afirmando não haver precedentes, na era da democracia, de um controlo tão estrito, por parte do governo, dos órgãos de comunicação social e de limitação da independência dos jornalistas afetos à radio e televisão públicas, transformando-os em meros veículos das realizações e porta-vozes dos pontos de vista do governo são-tomense. O espaço concedido à oposição política e à sociedade civil nos órgãos de comunicação estatais é, manifestamente,

insignificante. Esta situação é tão mais preocupante quanto são também insignificantes as alternativas à comunicação social estatal em São Tomé e Príncipe, onde a Rádio Nacional e o único canal da Televisão Pública dominam a oferta no campo da comunicação social.

Resta saber se, neste quadro, o país permanecerá o exemplo de tolerância e competição política pacífica que ainda lhe é reconhecido interna e externamente ou se se tornará num Estado autocrático, onde os principais instrumentos do poder estão, essencialmente, concentrados na figura do 1º Ministro, que tem o apoio incondicional do Presidente da República e de um Parlamento dominado pelos seus apoiantes, o qual marginaliza o papel da cidadania e ignora os mecanismos de controlo do poder. Muitos dos adversários do actual poder já insinuem que o país está a enveredar por este caminho e que São Tomé e Príncipe manifesta-se hoje como um Estado de partido único.

Ações prioritárias e recomendações

Estabilização política

Desde o advento da democracia que não se observam progressos significativos no processo de diálogo político. A maioria dos líderes partidários falam da importância do diálogo para aproximar as posições e realizar consensos sobre os grandes problemas do país, mas poucas são as iniciativas para o concretizar e alcançar acordos emblemáticos.

A falta de comunicação e interação contínuas entre os líderes políticos contribuíram para a recorrente instabilidade política no país. A maioria dos líderes políticos têm colocado os seus interesses pessoais e partidários acima dos interesses nacionais, relegando para um segundo plano o objectivo de desenvolver o país e realizar o bem-estar colectivo.

Embora as duas últimas eleições tenham decorrido de forma pacífica e ordeira, tanto um resultado como o outro foram alvos de duras críticas por parte da oposição, mas, o mais contestado foi o das presidenciais de 2016, como nunca acontecera no passado.

A criação do Tribunal Constitucional autónomo continua envolta em polémica. O mínimo que se

pode dizer é que a criação deste órgão e a escolha dos seus juizes não foram consensuais, tendo sido objecto de contestação e confrontação violenta. Enquanto o governo e a maioria que o apoia defendem que se tratou de um processo legítimo, normal e acertado no tempo, a oposição caracteriza-o como oportunista, sectário e ferido de inconstitucionalidade e, conseqüentemente, recusa-se a reconhecer a sua legitimidade.

O recenseamento eleitoral de raiz tem sido, também, objecto de controvérsia. O exercício não foi, como era de esperar, irrepreensível e insuspeito. Os partidos políticos da oposição parlamentar e extraparlamentar entregaram uma petição na Assembleia Nacional, pedindo auditoria à base de dados da CEN, alegando a existência de inúmeras irregularidades, que segundo os mesmos não credibilizariam as próximas eleições. Actualmente, está um curso uma operação de atualização dos cadernos eleitorais, sendo esta uma oportunidade soberana para corrigir os eventuais erros do exercício anterior.

A política pública de Comunicação Social em São Tomé Príncipe é definida pelo Governo, sem que nela intervenha a sociedade civil.

Apesar de muitos discursos nesse sentido, o Estado nunca facilitou nem permitiu a emergência de órgãos de comunicação social privados fortes, estando estes reduzidos a alguns jornais digitais sem grande relevo, exceção feita ao ‘‘Téla Nón’’ que se apresenta como o órgão de maior independência editorial. O Estado detém o exclusivo de fornecer o serviço público de informação através da radiodifusão (Rádio Nacional) e da Televisão de São Tomé Príncipe (TVS). Para além disso, detém também uma agência de notícias, a STP-PRESS. O Estado é o maior anunciante nos meios de comunicação social, representando grande parte do facturamento e intervindo ativamente no mercado da publicidade.

O país dispõe de uma rede muito modesta de rádios locais e comunitárias, onde a escassez de profissionais qualificados, a precaridade da tecnologia e a falta de financiamento e receitas ainda constituem grandes desafios. A falta de formação e as condições precárias de trabalho, mesmo ao nível dos órgãos estatais, são fatores

limitativos do desempenho dos agentes da comunicação social.

Confissões em privado, feitas pelos próprios jornalistas, sugerem que um clima de medo e resignação é regularmente mantido na corporação, especialmente nos medias públicos. A informação não é tratada de forma livre e objectiva e a autocensura está cada vez mais enraizada no seio dos jornalistas, limitando assim o seu campo de ação. Este tipo de ambiente e de pressões condicionam a liberdade de imprensa, transformando-a num instrumento partidário, refreado e subordinado ao poder.

Os meios de comunicação desempenham um papel fundamental no funcionamento do sistema democrático. Se o papel dos meios de comunicação é vital para a própria existência da democracia, ele adquire ainda maior relevância e sentido no período eleitoral, especialmente durante a campanha eleitoral, fornecendo as informações necessárias para que os cidadãos exerçam o seu direito de voto de forma livre e informada.

O Estado, neste contexto, deve garantir a igualdade de oportunidades a todos os que concorrem às eleições, impondo a neutralidade e o respeito ao pluralismo político na propaganda eleitoral. Para tal servem os tempos de antena legalmente conferidos aos partidos políticos, mas que, muitas vezes, lhe são negados pelo Governo em exercício. Os cidadãos, para exercerem com verdadeira liberdade o seu direito ao voto, devem poder eleger entre todas as opções que democraticamente se apresentam ao eleitorado e, para isso, devem ter oportunidade de se fazer conhecer através de meios que estejam ao alcance de todos. Só assim se assegura o pluralismo político que é considerado como um dos valores superiores do ordenamento jurídico de São Tomé e Príncipe.

O cidadão que, como eleitor, logo terá que decidir entre os diferentes candidatos, necessita, como qualquer outro juiz, que, antes, as partes confrontem, direta e abertamente, os seus respectivos projectos e programas. Só assim ele poderá exercer o seu direito ao voto, com suficiente conhecimento de causa e de pessoas, tendo visto os candidatos e os partidos políticos no exercício da atividade essencial e definidora da democracia, ou seja, o livre, aberto e pacífico debate de ideias. Daí, a importância dos debates eleitorais, em formato televisivo, como um

elemento fundamental da igualdade de oportunidades e do princípio da neutralidade dos órgãos de comunicação públicos.

A representação formal das mulheres nas instâncias políticas permanece baixa, em particular na Assembleia Nacional, no Governo e na Autarquias onde as mulheres representam

menos de 20% dos postos, constituindo elas cerca de 51% da população.

A sociedade civil é faccionada e incipiente, incapaz de influenciar a elaboração de políticas públicas e exercer o controle sobre ações governativas.

Desafios	Recomendações
Edificar órgãos de soberania e instituições credíveis e independentes	Respeitar escrupulosamente a Constituição e as leis da República e resistir às interferências de um órgão de soberania no outro; Observar sistematicamente o princípio das competências específicas de cada órgão; Recorrer, judiciosamente, à consulta do Conselho do Estado.
Melhorar e regulamentar o relacionamento entre o poder e a oposição	Adoptar uma agenda para reduzir as tensões políticas; Criar pontes democráticas de diálogo; Selar um pacto concertado pela democracia;
Criar condições para que as próximas eleições e as futuras sejam, genuinamente, livres, justas e transparentes	Resolver a disputa sobre o Tribunal constitucional através do diálogo e do compromisso; Corrigir as falhas do último recenseamento eleitoral de raiz, na corrente atualização dos cadernos eleitorais; Restaurar a confiança na Comissão eleitoral nacional; Garantir a igualdade de oportunidades a todos os que concorrem às eleições, impondo a neutralidade e o respeito ao pluralismo político na propaganda eleitoral e reforçando os meios humanos e matérias dos órgãos públicos de comunicação social e assegurando a liberdade de imprensa
Melhorar a representação das mulheres na política	Impor quotas e assumir compromissos partidários relativos à representação das mulheres nos parlamentos nacional, regional e no Governo e nas autarquias. Um mínimo de 30% seria um bom começo, numa perspectiva futura de perfeita paridade
Apoiar e libertar o exercício da cidadania através da sociedade civil	Identificar, inventariar e legalizar as organizações da sociedade civil; Criar um ambiente favorável para a participação efectiva da sociedade civil no diálogo político e no seguimento, controlo e avaliação da atividade governativa, incluindo a execução orçamental; Promover a integração das OSC nacionais nas redes regionais, continental e global; As OSC devem dotar-se de capital humano e financeiro para poder influenciar as políticas e suscitar mudanças; As OSC devem acautelar a preservação da sua identidade e autonomia.
Financiamento apropriado e oportuno aos partidos políticos	Regulamentação do financiamento interno: subvenção pública, doações de instituições privadas (empresas ou pessoas singulares), quotas e contribuições dos filiados; Regulamentar as doações; Proibir ou impor uma regulamentação estrita e limites ao financiamento por entidades estrangeiras; Proibir financiamentos ilícitos; Proibir contribuições públicas indiretas (uso dos bens do Estado pelos partidos).
Erradicar as práticas de corrupção activa e passiva dos eleitores	Multiplicar as campanhas de informação, sensibilização e de combate às práticas de compra de consciência, o chamado “banho”; Legislar sobre a proibição desta prática; Envolver a sociedade civil neste combate.

Desafios	Recomendações
Reformar o Estado	Rever a lei dos partidos políticos para incluir uma cláusula de desempenho com o fim de conter a sua proliferação e reforçar a competição eleitoral; Encomendar um estudo sobre a redução do número de deputados e impor a todos os candidatos a deputação que publiquem os respectivos CVs visando elevar o nível do debate parlamentar; Aprofundar a descentralização, transferindo mais poderes e recursos para as autarquias.

2. PGS 2: SEGURANÇA: garantir e reforçar a segurança das pessoas

Conceito

A segurança é uma condição necessária do desenvolvimento. Sem segurança, não estarão criadas condições para fomentar o investimento e atrair empresas. O desafio é o de formar e responsabilizar as chefias e os agentes das instituições de defesa e segurança, como as forças armadas, os serviços de inteligência, a polícia judiciária, a polícia nacional e distrital, os agentes prisionais, a polícia aduaneira etc. Uma atenção especial deve ser dada aos grupos mais vulneráveis, no qual se incluem as crianças e as mulheres. A participação das comunidades e grupos da sociedade civil pode contribuir para melhorar o grau de responsabilidade e de eficácia dos agentes das instituições de segurança.

Evolução e progresso em matéria de segurança

As ameaças à segurança e a imprevisibilidade que o mundo actual atravessa e que, consequentemente, afetam a realidade santomense, tem feito da segurança um tema importante na agenda política dos governos de São Tomé e Príncipe. Dada a sua condição de pequeno Estado insular, associada ao processo de globalização em curso, São Tomé e Príncipe tem dificuldade em afirmar a soberania em várias áreas, designadamente na área da defesa e segurança, consideradas áreas estratégicas do Estado, onde as ameaças são cada vez maiores e mais sofisticadas. O país não está preparado (tecnologia, capacidade técnica, efetivo e equipamento) para fazer face a nenhuma ameaça externa.

No plano interno, o êxodo rural estimulado, por um lado, pela falta de oportunidades de emprego digno e, por outro, pelo contínuo declínio das

roças e pela predominância de uma agricultura familiar de fraca rentabilidade e baixo rendimento, têm contribuído para fazer perdurar a exclusão social, factor fomentador da desigualdade urbana e um forte alento para o desenvolvimento da delinquência, sendo os jovens o grupo mais vulnerável. O que tem acontecido em São Tomé e Príncipe é que o crescimento incontrolado da urbanização, consequência do êxodo rural, não tem sido acompanhado pela adoção de uma agenda de desenvolvimento e assentamento urbano e pelo desenvolvimento de um plano global de segurança e de proteção dos cidadãos, que consagre a partilha das responsabilidades pelo governo central, pelo poder autárquico, a sociedade civil e os próprios cidadãos. Esta agenda incluiria: (i) medidas institucionais para prevenção do crime e da delinquência juvenil; (ii) medidas de inserção social dos jovens e planos e medidas locais que tenham em conta as características do ambiente físico.

Tendo em conta que o crescimento da economia tem sido insuficiente para gerar novos postos de trabalho, e assim reduzir a pobreza, a população continua a enfrentar graves problemas económicos, recorrendo, consequentemente e em última instância, a mecanismos ilícitos de obtenção de meios de subsistência que passam pelo furto, roubo, atos de corrupção e até mesmo homicídio.

No plano regional e global, a segurança no Golfo da Guiné constitui um dos maiores desafios para a paz e a estabilidade que o país enfrenta. As ameaças e riscos têm-se até manifestado através de atividades criminosas conhecidas como a depredação de recursos vivos, principalmente os haliêuticos. Porém, existem certamente outras de mais difícil detecção, praticadas de forma encoberta e insidiosa, sendo exemplos os tráficos ilícitos de pessoas, estupefacientes (drogas), armamento, petróleo, imigração ilegal e outros.

Pelo seu carácter transnacional, o terrorismo representa uma outra grande ameaça para São

Tomé e Príncipe, sobretudo quando países vizinhos, como a Nigéria e os Camarões, que têm importantes comunidades e investimentos no país, estão em guerra com o movimento radical islâmico ‘‘Boko Haram’’.

Por outro lado, devido à sua condição insular, o país tem-se mostrado muito vulnerável aos efeitos das alterações climáticas como, por exemplo, a erosão costeira, o aumento do nível do mar, enchentes ou secas, o aumento da infiltração dos raios solares. Já se verifica, com alguma regularidade, a ocorrência de períodos de seca que têm comprometido a produção agrícola e contribuído para a insegurança alimentar, situação assaz preocupante, uma vez que a agricultura continua a ser a principal fonte de sustento da população são-tomense

Problemas e desafios actuais no sector da segurança

A criminalidade, a violência e a indisciplina estão em crescimento exponencial. O trânsito está caótico e a poluição automóvel em constante crescimento, resultante de um aumento rápido do parque automóvel e a multiplicação incontrolada das motos-táxi, num país onde não existe o controlo técnico dos veículos e onde não se aplica a norma da obrigatoriedade de subscrição de seguro automóvel.

A polícia vem perdendo crédito junto da população que a considera viciada, desmoralizada e incapaz de garantir, com plenitude, a segurança das pessoas e seus bens e granjear a confiança o respeito e a estima da população. Quando questionados, os agentes de autoridade queixam-se de que a sua autoridade está limitada por influência da hierarquia e do poder político.

Tem-se constatado um consumo excessivo de álcool (lícito e ilícito) incluindo na faixa etária dos menores de 18 anos, e as autoridades abdicaram da aplicação sistemática de medidas repressivas contra os que fornecem ou permitem o consumo de álcool por menores.

Entre os grandes desafios, um dos principais é o de organizar um verdadeiro Sistema de Segurança Interna. Tal inclui:

- adoptar uma legislação apropriada;
- implementar critérios mais exigentes de selecção de candidatos a agentes da

Polícia de Segurança Pública, Polícia de Investigação Criminal/Polícia Judiciária, Polícia Aduaneira, Agentes de migração e Fronteira, Corpo de bombeiros, Guardas florestais, Agentes de segurança privada etc.;

- reforçar as exigências e melhorar o nível de formação dos agentes tanto do ponto de vista teórico (disciplinas de Direito, Psicologia e Ética), como prático (testes de aptidão física, manejo de equipamentos e uso de armas de fogo e outras, testes especiais de condução, uso de sistemas de comunicação);
- formar polícias em diversas especialidades;
- desenvolver um plano de carreira;
- apetrechar e equipar a polícia com instalações, meios e tecnologias mais modernos;
- sanear a polícia dos agentes indecorosos e inaptos;
- as missões de paz nos países da sub-região.

Outro grande desafio é o de reformar as forças armadas, adequando-as às capacidades e aos recursos do país, tornando-as mais eficazes e eficientes e prepará-las para os novos desafios de defesa, segurança e desenvolvimento. Neste contexto, as exigências com a protecção do ambiente e da biodiversidade e a crescente importância da economia azul e das missões de paz no quadro regional, continental ou no âmbito das Nações Unidas, devem influir de forma determinante na reorganização das forças armadas.

Um maior esforço deve ser consentido na modernização e profissionalização do exército nacional, devendo dar-se prioridade ao ramo da marinha e dos fuzileiros navais para assegurar uma melhor fiscalização do nosso mar, a defesa e a preservação dos recursos nele existentes.

Por isso, o país deve prosseguir e reforçar a política de cooperação militar, na área da formação, equipamento, treino e exercício militar e patrulhamento conjuntos na nossa zona económica exclusiva, com o objectivo de, a curto e médio prazo, poder autonomizar as nossas instituições militares.

Acções prioritárias e recomendações

É urgente devolver à população residente e aos turistas que nos visitam aquele sentimento

genuíno de paz, segurança e tranquilidade que constitui uma das nossas maiores vantagens comparativas de país onde é bom viver e maravilhoso visitar.

Desafios	Recomendações
Armas de fogo fora de controlo	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar as campanhas de recolha das armas de fogo e o desarmamento dos civis com apoio das comunidades e atribuição de incentivos; • Melhorar a legislação relativa ao porte e uso de armas de fogo e outras.
Insegurança urbana e suburbana	<ul style="list-style-type: none"> • Criar polícias de proximidade; • Reforçar o patrulhamento, especialmente o nocturno, dirigido às zonas de maior risco de criminalidade; • Melhorar a recolha de dados sobre a criminalidade e a delinquência juvenil; • Assegurar o policiamento permanente dos edifícios públicos e privados de grande relevo (portos, aeroportos, ministérios, tribunais, bancos, depósitos de combustíveis, centrais eléctricas, etc.).
Insalubridade urbana e suburbana	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitar e reorganizar a distribuição dos mercados na capital do país e dos distritos; • Criar um estatuto dos vendedores de mercados; • Desenvolver campanhas de informação destinadas a vendedeiras e vendedores dos mercados; • Organizar e enquadrar a atividade de vendedor ambulante; • Regulamentar a venda de fardos (questões de saúde e higiene); • Proibir a venda de bebidas, sobretudo alcoólicas, ao ar livre e/ou na proximidade das escolas; • Introduzir uma taxa para recolha de lixo doméstico; • Introduzir uma taxa especial para recolha de lixo dos mercados.
Transporte urbano e suburbano	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar um sistema de transporte colectivo público ou privado com subvenção do Estado; • Organizar, descentralizar e enquadrar os serviços privados de táxi e motoqueiros; • Implementar o princípio da obrigatoriedade de subscrição de seguros automóveis e de motociclos assim como a inspeção técnica anual de todos os veículos motores; • Criar incentivos à criação de empresas de transporte público; • Renovar e melhorar todo o sistema de sinalização vertical e horizontal nas estradas e ruas e restaurar a atividade de polícia-sinalheiro em horas de ponta, nos locais de engarrafamento;
Migração rural para zonas urbanas	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o investimento na agricultura; • Promover programas e planos integrados de desenvolvimento económico local, alinhados com os planos nacionais de desenvolvimento; • Desenvolver o empreendedorismo e emprego rural
Violência doméstica	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar as campanhas de informação e sensibilização; • Reforçar o arsenal legislativo e agravar as penas, sobretudo nos casos de abusos sobre menores; • Criar mecanismos de julgamento expeditivo e aplicar penas.
Consumo de drogas e álcool	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar as campanhas de informação e sensibilização; • Reforçar o arsenal legislativo e agravar as penas dos traficantes, vendedores e cultivadores de drogas; • Aumentar para 18 anos (idade de voto) a proibição de venda e consumo de álcool; • Reforçar o arsenal legislativo e agravar as penas aos vendedores de álcool a menores;

Desafios	Recomendações
	<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilizar os pais ou tutores em caso de consumo de álcool por menores; • Estabelecer em 18 anos a idade mínima para entradas noturnas não acompanhadas em discotecas, pubs, night clubs e proibição total para menores de 16 anos.
Pobreza e desigualdade social	<ul style="list-style-type: none"> • Colocar a luta contra a pobreza e pelo emprego digno no centro de todas as políticas e programas de desenvolvimento; • Melhorar e diversificar os sistemas de formação e qualificação profissionais, associando as organizações patronais e sindicais na sua gestão para responder às necessidades presentes e futuras do mercado de trabalho; • Elegger os jovens, raparigas e rapazes, como alvos principais das políticas públicas.
Cooperação na área da defesa e segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Rever a política de defesa e segurança; • Reforçar a política de cooperação militar.
Autoridade do Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar as instituições que asseguram o primado da lei e da ordem para uma organização social harmónico. Que o primado seja aplicado, também, ao Estado que criou as ditas leis.

3. PGS 3: JUSTIÇA Melhorar a imagem e incrementar o acesso da população á justiça

Conceito

A justiça é um elemento-chave da democracia, da consolidação da paz e de construção do Estado de direito. É fundamental para os cidadãos e para o mundo dos negócios, devendo, por isso, ser independente do poder político ou de qualquer outro tipo de influências. As suas decisões devem ser, tanto quanto possível, céleres e equilibradas.

O Poder Judiciário em São Tomé e Príncipe é regulado pela Constituição da República nos seus artigos 126 a 130.

Esse poder é constituído de diversos órgãos, como o Tribunal Constitucional (TC), O Supremo tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal de Primeira Instância (TPI), o Tribunal Regional (TR), os Tribunais Distritais (TD) e o Tribunal de Contas (TC). Em termos determinados pela lei, podem ainda ser constituídos os tribunais Militar e Arbitral.

No topo do sistema, o TC tem como função principal zelar pelo cumprimento da Constituição. Logo abaixo, situa-se o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), responsável por fazer uma interpretação uniforme da legislação nacional e velar pela harmonia da jurisprudência.

Complementa o sistema o Ministério Público que representa, nos tribunais, o interesse público e social, fiscaliza a legalidade e é o titular da ação penal.

A Ordem dos Advogados é uma instituição independente dos órgãos do Estado, sendo, por isso, livre e autónoma nas suas regras e funcionamento. É uma pessoa colectiva de direito público representativa dos licenciados em Direito que, em conformidade com os preceitos do seus Estatutos e demais disposições legais aplicáveis, exercem a advocacia.

A Ordem dos Advogados contribui para defender o Estado de Direito Democrático, os direitos e liberdades fundamentais e participar na boa administração da Justiça, bem como para promover o acesso à justiça, nos termos da Constituição e demais legislações.

Evolução e progresso em matéria de Justiça

A opinião pública generalizada é de que a justiça em São Tomé e Príncipe não atende bem as necessidades dos cidadãos, tem sérios problemas de gestão e de planeamento, é lenta, e não oferece garantias nem tratamento igualitário aos seus requerentes, necessitando, por isso, urgentemente, de ser reformada. Têm sido publicamente questionadas as qualificações e competências dos magistrados dos tribunais e do Ministério Público e posta em causa a probidade e imparcialidade dos mesmos. É também opinião comum que existem muitas barreiras para um real acesso à justiça, os problemas mais citados sendo: os *custos elevados*, a *inadequação entre a ordem jurídica e a realidade socioeconómica*, a *falta de informação e procedimentos complicados e morosos*.

Desde há mais de 20 anos que os sucessivos governos, com o advento do multipartidarismo,

vêm falando e até propondo projetos de reforma, sem nunca os terem podido concretizar.

Uma das poucas medidas de grande simbolismo implementadas em 2018, foi o desalojamento do Tribunal Constitucional do seio do Tribunal Superior de Justiça. Porém, a criação do Tribunal Constitucional autónomo está, infelizmente, envolta em polémicas opondo o Governo e a oposição que discordam tanto sobre a oportunidade, como sobre a forma da sua criação, sobretudo no que toca à escolha dos respectivos juízes.

Problemas e desafios actuais no sector da justiça

O maior problema é a manifesta falta de credibilidade do poder judicial e o grande desafio é a sua reforma. Apesar das declarações do poder e da oposição sobre o apoio incondicional à reforma da justiça, o que se pode inferir das declarações de uns e outros é que ninguém está interessado numa genuína reforma da justiça, capaz de a transformar num órgão de soberania

verdadeiramente independente, autónomo, eficiente e eficaz. O lançamento da reforma é um ato executivo, dispensando por isso a aprovação do parlamento ou o beneplácito de qualquer outro órgão.

O processo da reforma, este sim, deve ser inclusivo e participativo e, neste domínio, é de louvar a iniciativa em curso promovida por um colectivo de três juristas nacionais de reconhecido prestígio, com o apadrinhamento da sociedade civil. Concluído o processo de elaboração do projeto da reforma, cabe ao governo submeter à Assembleia Nacional, para adoção, o projeto de reforma e todo o enquadramento legal que o sustenta. Num quadro onde o governo dispõe de uma confortável maioria parlamentar, a adoção da reforma não se veria confrontada com nenhum obstáculo intransponível

Acções prioritárias e recomendações

A prioridade e a recomendação maior é a reforma do sistema judicial

Desafios	Recomendações
A confiança no sistema judiciário e prisional é inexistente e os tribunais estão continuamente perdendo legitimidade	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir e promulgar legislação necessária para credibilizar e reforçar o quadro jurídico formal
Apesar de algum progresso, ainda há falta de pessoal especializado no sistema judicial, especialmente de magistrados.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o número de profissionais de justiça, reforçando a formação e a qualificação de quadros
Conhecimento técnico e qualificação de muitos profissionais judiciais questionados	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a oferta de formação contínua • Reforçar e credibilizar o sistema de avaliação definindo, claramente, os modelos, regras e benchmarks • Fixar objetivos, resultados e metas de desempenho
A quantidade e a qualidade das infra-estruturas judiciais continuam a ser inadequadas, particularmente ao nível autárquico	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a quantidade e a qualidade das infraestruturas judiciais, incluindo estabelecimentos prisionais, em particular a nível da RAP e dos distritos
Reunir consenso sobre a reforma da justiça	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a criação de mecanismos de pressão (Sociedade Civil) • Multiplicar os debates
Eficiência e eficácia do sistema	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e adoptar um modelo de gestão por resultados • Fortalecer os mecanismos de coordenação entre os tribunais, as Polícias e serviços prisionais e de reabilitação

4. **PGS 4: BASE ECONOMICA: promover o crescimento económico sustentado, gerar oportunidades de emprego decente e melhorar o acesso da população aos bens e serviços essenciais**

Conceito

Construir bases económicas sólidas é vital para garantir o progresso e a paz social. A prosperidade económica assegura a implementação e a sustentabilidade de mecanismos de solidariedade e proteção social, fundamentais para os mais desfavorecidos. Investimentos na educação e nas tecnologias do futuro (TIC), nas infraestruturas e nas oportunidades económicas e na geração do emprego aumentam a confiança no governo, e ajudam a reduzir a ocorrência de tensões políticas e sociais graves. O grande desafio dos estados frágeis, como São Tomé e Príncipe, é o de promover um desenvolvimento económico inclusivo, robusto e sustentável, gerar oportunidades de emprego e de rendimento para fazer face às aspirações de uma existência decente por uma população maioritariamente jovem e com níveis de educação cada vez mais elevados. A curto prazo, tais oportunidades podem ser criadas, por um lado, através de investimento público que se concentre em sectores e tecnologias de maior intensidade de mão de obra e, por outro, em políticas criadoras de emprego que assentem na reconversão e qualificação de mão de obra para atender às necessidades do mercado de trabalho e em incentivos às empresas que recrutem trabalhadores jovens ou desempregados de longa duração. A longo prazo, trata-se de criar condições para uma diversificação efetiva da economia, apostando em sectores portadores de crescimento económico como são a agricultura, a pesca, o turismo e os serviços. É fundamental que prossigam e se expandam as reformas estruturais, sem as quais não se pode alavancar o crescimento do sector privado nacional e atrair mais investimentos estrangeiros diretos. Este processo deve ser acompanhado por um programa de desenvolvimento de recursos humanos que aposte no princípio da antecipação das necessidades em qualificações e competências nos diferentes níveis de formação (formação de operários qualificados, formação tecnológica, formação técnica superior, formação universitária,

formação de gestores e administradores e de decisores políticos)

Evolução e progresso em matéria de desempenho económico

A economia de São Tomé e Príncipe tem-se manifestada resiliente, tendo crescido em média mais de 4% entre 2010/2015. Este crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo investimento estrangeiro direto na agricultura, no turismo e na construção. Porém, em 2017, o crescimento da economia limitou-se aos 3,9% e, segundo as projeções do FMI, o crescimento do PIB não deve ultrapassar os 4% em 2018. A inflação que em 2016 havia atingido o seu mínimo da década (4,1%), voltou a subir para se situar nos 7,7%.

Contudo a perspetiva económica de curto prazo continua a ser positiva apesar da persistência de grandes desafios. O crescimento do PIB é projetado em cerca de 5% em 2019 e devendo continuar a progredir em 2020, graças aos investimentos em infraestrutura, a recuperação na produção do cacau e um maior dinamismo no sector do turismo. Espera-se que os serviços sejam os maiores contribuintes para a produção global em 2018, representando cerca de 60%.

Problemas e desafios atuais da economia nacional

São Tomé e Príncipe é uma pequena economia insular, sem um único sector que sirva de verdadeira alavanca e motor do crescimento. Historicamente, a agricultura tem sido um sector importante, mas com muitos altos e baixos. Depois de um longo período de declínio, as exportações de cacau, café e óleo de palma vêm dando sinais de melhoria, crescendo nos últimos anos graças ao apoio de parceiros multilaterais, como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAB), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e, até muito recentemente, Taiwan (República da China). O turismo tem vindo a manifestar-se como uma atividade importante e crescente, mas não está ainda em condições de fazer despontar a economia. Depois das incertezas geradas à volta das grandes expectativas criadas em 2013 sobre a exploração comercial de petróleo na Zona de Exploração

Conjunta com a Nigéria, a exploração de petróleo parece voltar a dar sinais de otimismo com o lançamento de atividades de pesquisa e exploração na Zona Económica Exclusiva, mas a possível produção comercial não é esperada antes de 2025.

Enquanto pequeno Estado insular, sabe-se que o desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe está condicionado pela sua insularidade, fragilidade, recursos limitados e fraca capacidade produtiva, excessivo peso do Estado na economia e uma administração pública sobredimensionada e consequentemente ineficiente.

Apesar destes desafios, o crescimento económico foi positivo e, de alguma forma, resiliente, durante a última década. Mas este crescimento tem-se mostrado, manifestamente, insuficiente para reduzir a pobreza que, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas, está estimada em 66,2% população e erradicar a pobreza extrema que situa na ordem dos 15,4%. A economia não tem sido capaz de criar suficientes oportunidades de emprego digno, nem de produzir ganhos de produtividade, indispensáveis para melhorar, substancialmente, a baixa remuneração dos trabalhadores.

A economia são-tomense caracteriza-se por:

- ser muito dependente das importações, com um défice comercial crónico;
 - estar extremamente dependente da ajuda externa (mais de 80% do orçamento do Estado depende da ajuda financeira dos parceiros de desenvolvimento);
 - manifestar grande vulnerabilidade aos choques internos e externos devido à exiguidade de seu território, economia e mercado;
 - possuir recursos financeiros limitados, fraca capacidade produtiva, excessivo peso do Estado na economia e uma administração pública sobredimensionada e consequentemente ineficiente;
- ter um sistema financeiro que não possui mecanismos e meios para financiar o desenvolvimento;
 - ter atingido um nível de endividamento preocupante para financiar o desenvolvimento que não tem sido feito sistematicamente de forma pública e transparente, com base em critérios técnicos sólidos, com o objetivo de financiar projetos de rentabilidade devidamente estudados ou programas sociais que preparem os cidadãos para produzir mais e melhor, ou que, simplesmente, contribuam para a equidade e justiça social. Há indícios de que têm que ser acautelados para evitar uma nova derrapagem do nosso endividamento externo;
 - apresentar indícios preocupantes de corrupção, ilustrados pela posse e ostentação de bens materiais e financeiros impossíveis de justificar dentro dos limites dos rendimentos oficiais (salários e outros) conhecidos e declarados, sobretudo no seio da classe política e de alguns servidores dos Estado;
 - multiplicar estratégias e planos de desenvolvimento económico e social e manifestar a incapacidade dos governantes em propor um plano de desenvolvimento sustentável num horizonte de médio/longo prazo que una a classe política, congregue parceiros sociais e a sociedade civil, mobilizando os doadores e parceiros de desenvolvimento. Um plano que seja realista, consistente e compatível com o nosso potencial, fileiras portadoras e vantagens comparativas; um plano de desenvolvimento que se afirme como um desígnio nacional.
 - Registrar mau desempenho crónico das empresas públicas.

Ações prioritárias e recomendações

Desafios	Recomendações
Melhorar o desempenho macroeconómico e mobilizar investimentos para aumentar a capacidade produtiva nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver estratégias e políticas para garantir a estabilidade macroeconómica, bem como um crescimento robusto e sustentável e inclusivo para reduzir a dependência da ajuda externa; • Mobilizar meios para dotar o país de infraestruturas e capitais para o desenvolvimento, fundamentalmente nos sectores da energia, transporte, telecomunicações e água e saneamento; • Fortalecer o quadro legal e regulamentar do sector financeiro e tornar acessível o financiamento, em particular para as pequenas empresas; • Promover uma cultura de empreendedorismo e melhorar a regulamentação de apoio ao desenvolvimento do setor privado e do comércio com os países da sub-região; • Reforçar os mecanismos de transparência e de prestação de contas no sector dos petróleos.
Melhorar a qualidade dos serviços públicos e a produtividade dos servidores do Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Reformar e racionalizar a administração pública; • Desenvolver e implementar um sistema de avaliação de desempenho dos funcionários de Estado nos diferentes sectores, incluindo a criação de planos específicos de carreira; • Investir no desenvolvimento de competências, formação e qualificação profissionais em especial para os jovens e os servidores do Estado.
Combater eficazmente a pobreza através de políticas inclusivas e de promoção do emprego	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar e orientar o investimento na agricultura para aumentar a produção de alimentos e apoiar o desenvolvimento de pequenas unidades de processamento e transformação; • Adotar medidas para melhorar a sustentabilidade do sector das pescas, tanto no segmento artesanal como semi-industrial, através da adoção e implementação de rigorosas medidas de transparência e de ética; • Adotar e implementar medidas concretas de apoio aos pequenos negócios na área de turismo (alojamento, restauração, artesanato, cultura e recreação).
Reduzir o risco de sobre-endividamento a curto e médio prazos	<ul style="list-style-type: none"> • Adotar medidas para melhorar o desempenho fiscal; • Limitar a procura de financiamento externo com recurso a donativos ou a créditos altamente concessionais; • Impulsionar o desenvolvimento do turismo e das pescas para aumentar e diversificar as receitas de exportação.

5. PGS 5: RECEITAS E SERVIÇOS: melhorar a gestão das receitas públicas e reforçar a capacidade de prestação de serviços eficientes e de qualidade

Conceito

Melhorar a capacidade do Estado para mobilizar, afetar e gerir recursos destinados a melhorar a qualidade e diversidade dos serviços sociais é fundamental. O Estado tem cada vez maior responsabilidade na definição das prioridades, na coordenação do fornecimento de serviços aos cidadãos, incluindo aqueles fornecidos por entidades não estatais, com o propósito de criar uma sociedade mais equilibrada, mais homogénea e mais justa.

Construir um sistema transparente de gestão das finanças públicas é essencial para motivar os cidadãos a cumprir o seu dever de pagar os impostos, criar confiança nos doadores para aumentar as ajudas ao desenvolvimento e motivar as empresas a investir na economia.

É de igual forma importante que os doadores e parceiros de desenvolvimento coordenem melhor as suas ajudas, assegurando não só a transparência, mas a eficácia das mesmas.

Em STP, que é ainda fortemente dependente dos apoios externos e onde a ajuda externa é vital para o Orçamento Geral do Estado, sobretudo no que toca às despesas de investimento, é fundamental que a ajuda recebida seja gerida de forma eficiente e transparente para dela se tirar o melhor proveito.

No que toca ao sector do petróleo, apesar das incertezas que pairam à sua volta, deve-se continuar a reforçar os mecanismos de transparência e de prestação de contas sobre a receitas do sector, provenientes, fundamentalmente, dos bônus de assinatura, de forma a que elas possam beneficiar toda a sociedade.

Evolução e progresso em matéria de receitas e serviços

Na última década, o crescimento do PIB do país foi, em média, superior aos 5%. São Tomé e Príncipe tem mantido uma relativa estabilidade macroeconómica apesar de uma série de choques internos e externos como as incertezas geradas à volta da exploração comercial de petróleo e a diminuição da ajuda pública ao desenvolvimento. O rendimento per capita vem também aumentando de forma constante, impulsionado pelo aumento

dos preços mundiais do cacau, e pelas receitas provenientes dos pagamentos dos bônus relativos à exploração do petróleo, assim como pelos investimentos estrangeiros diretos (IED) feitos no turismo, situando-se à volta dos \$1.750 e colocando país no grupo dos países de rendimento médio baixo.

O défice orçamental vem sendo reduzido, gradualmente, mediante o alinhamento das despesas com as receitas. Estão em curso medidas para reforçar as receitas fiscais através do alargamento da base tributária, da arrecadação dos atrasados fiscais e da introdução do IVA, esta esperada em 2019.

Depois de anos de contínua redução, a inflação, em termos homólogos, aumentou para 7,7% no final de 2017, motivada pela pluviosidade extemporânea e por fatores extraordinários, como a inclusão de novos impostos e o agravamento de algumas taxas sobre as importações.

Embora STP não tenha cumprido todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), o país tem feito progressos significativos nas áreas de saúde e educação e, particularmente, na promoção da igualdade de género e empoderamento das mulheres. A taxa bruta de inscrição no ensino primário situa-se nos 110%, a esperança de vida média é de 66 anos, a taxa de mortalidade infantil dos menores de cinco anos é de 34 por mil nascidos vivos em 2017. O acesso a uma fonte melhorada de água é de mais de 90% da população e o acesso à eletricidade para mais de 60% da população.

Problemas e desafios actuais na colecta de receitas e prestação de serviços

Apesar da implementação da Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP I e PRSP-II), a redução da pobreza tem sido marginal em São Tomé e Príncipe desde 2000. Atualmente, estima-se que 62% da população continue a viver em situação de pobreza. A pobreza urbana é, comparativamente, mais grave que a rural, devido a uma crescente informalidade da economia e à falta gritante de oportunidades de emprego, especialmente para os jovens, sobretudo para aqueles com pouca ou sem qualificação.

Registaram-se avanços nas áreas da saúde e da educação, mas estes progressos são, fundamentalmente, quantitativos, reconhecendo-se que a qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Nacional de Saúde é ainda deficiente e o

nível de conhecimento da grande maioria dos alunos e estudantes de diferentes níveis de ensinos é, relativamente, baixo

Importantes investimentos são necessários para melhorar a qualidade e a regularidade do fornecimento e o preço da energia e da água. Uma mudança estudada e programada para formas de energias mais baratas e sustentáveis, deve passar das palavras aos atos.

Se é de louvar a extensão da rede de estradas asfaltadas e não asfaltadas, é tempo de se ser minimamente exigente com a qualidade das obras feitas e de se disponibilizar mais recursos para garantir a manutenção regular das infraestruturas construídas e a sua reabilitação de forma periódica.

Deve-se alargar o acesso da população à internet, particularmente as escolas e universidades, e através de maior esforço de responsabilidade social

das operadoras de telefone e outras empresas privadas.

É de maior prioridade e justiça combater a dupla insularidade da Região Autónoma do Príncipe com a implementação de serviços regulares seguros de transporte aéreo e marítimo entre as ilhas de São Tomé e do Príncipe, e a preços que sejam comportáveis para os cidadãos e os agentes económicos.

É indispensável e urgente que o Estado assegure, a nível nacional, o funcionamento regular de serviços de transportes públicos urbanos e interurbanos, podendo, para tal recorrer, a parcerias público-privadas. O atual modelo de transporte é um grande foco de insegurança rodoviária, de poluição e de anarquia em matéria de trânsito.

Ações prioritárias e recomendações

Desafios	Recomendações
Alargar as fontes de receitas fiscais do Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar medidas de diversificação da atividade económica e alargamento das fontes de receita fiscal; • Monitorizar o cumprimento da legislação tributária e da cobrança dos impostos.
Combater a corrupção e a fuga ao fisco	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a transparência e a eficácia na coleta de receitas e reforçar medidas de combate à corrupção; • Promover e implementar medidas que estimulem a transição da economia informal para o sector formal.
Melhorar a gestão das finanças públicas em particular no domínio da contratação pública e da aquisição de bens e serviços pelo Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar os princípios de gestão baseada em resultados; • Criar e aplicar regulamentos e procedimentos bem definidos abertos ao escrutínio público; • Adotar documentos de concurso claros e normalizados; • Usar documentos de licitação e cadernos de encargos com informações completas e detalhadas; • Respeitar o princípio da igualdade de oportunidades para todos os participantes no processo de licitação; • Disponibilizar formação contínua do pessoal.
Reforçar medidas de combate à pobreza e à exclusão social	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a capacidade de coleta, tratamento e análise de dados estatísticos de natureza económica, social e outros; • Aumentar as despesas orçamentais nas áreas sociais, nomeadamente saúde, educação e água e saneamento, bem como para a agricultura e as infraestruturas;

Desafios	Recomendações
	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar os mecanismos de segurança social e assistência social; • Promover e implementar políticas e programas de alta intensidade de emprego (agricultura, pescas, reabilitação urbana e do património arquitetónico).

RESULTADOS GLOBAIS DA AVALIAÇÃO

PSGs	Fases de fragilidade				
	Crise	Reconstrução e reforma	Transição	Transformação	Resiliência
Políticas inclusivas				★	
Segurança			★		
Justiça		★			
Base económica				★	
Receitas e Serviços				★	



Determinação do espectro de fragilidade de São Tomé e Príncipe

O espectro de fragilidade é uma ferramenta qualitativa, não quantitativa, o qual tenta explicar o estágio específico em que um país se encontra, tendo em consideração o processo de transição em curso. Uma transição da fragilidade para a resiliência nem sempre é linear, podendo ocorrer entraves e retrocessos. Por isso, não se deve assumir que as transições são sistematicamente progressivas e que uma etapa irá necessária e automaticamente conduzir à etapa seguinte. Entraves e retrocessos são comuns e países podem permanecer facilmente estagnados no mesmo estágio por um período mais ou menos longo de tempo. O espectro de fragilidade deve, por isso, ser usado como um instrumento de observação das trajetórias dos países rumo ao desenvolvimento sustentável, e não como um indicador de fracasso ou de sucesso.

A matriz do espectro de fragilidade reporta-se aos estádios convencionais de fragilidade que são: (1) Crise; (2) Reconstrução; (3) Transição; (4) Transformação; e (5) Resiliência.

Estádio 1: Crise. Uma situação de crise pode se referir ao período em que há uma instabilidade aguda num país, com níveis crescentes de conflito violento, ou com ingredientes para erupção de conflitos violentos generalizados ou ainda onde houve uma catástrofe natural ou causada pelo homem. Frequentemente, neste período, há grandes divisões políticas e muitas vezes rivalidades entre as comunidades, levando a desconfiança generalizada e medo, níveis intoleráveis de abusos dos direitos humanos. A corrupção ganha grandes proporções, e conseqüentemente há falta de confiança nas instituições públicas incluindo as forças de segurança. O estado de direito deixa de existir e o setor econômico é severamente afectado. Durante esta fase, as instituições de justiça estão condicionadas e enfeudadas ao poder político. Os serviços sociais de base estão em deliquescência e as receitas do governo estão geralmente em declínio observando-se uma total ausência de controlo da governação.

Estádio 2: Reconstrução e Reforma: Durante esta fase, há esforços renovados para promover o diálogo e tentar resolver as diferenças políticas ou outras na base do conflito. Embora em alguns casos escolhidos através de um processo eleitoral, o poder político sofre de legitimidade por

ausência de estruturas adequadas de concertação política pré e pós-eleição. Alguns progressos podem ser observados nos processos de desarmamento, mas as questões de segurança continuam sendo um desafio para a estabilidade do país. As instituições permanecem fracas e inadequadas para promover políticas inclusivas. Em comparação com a fase de crise, a intensidade do conflito e da disputa política é mais administrável e há esforços iniciais para criar fontes de diálogo para pacificação da vida política. O desempenho das instituições de segurança permanece impróprio dominado pela hostilização e pela violência. As instituições de justiça começam a renascer, mas permanecem ineficazes. Em relação aos fundamentos econômicos, a reabilitação das infraestruturas e a criação de um ambiente econômico favorável começam a ser implementadas. Do ponto de vista social as ofertas de educação e saúde continuam limitadas em quantidade e qualidade, e as taxas de desemprego permanecem altas sobretudo entre os jovens. Durante esta fase, fontes potenciais de receitas são equacionadas (por exemplo, recursos naturais e/ou receitas fiscais), mas tanto a exploração dos recursos naturais como a colecta de receitas fiscais continuam a beneficiar só uma pequena franja da população. Embora os países possam ter começado com o processo de reforma da gestão financeira pública, gestão orçamental continua a processar-se sem a necessária transparência.

Estádio 3: Transição: Nesta fase, observa-se frequentemente uma situação geral de estabilidade. Há mais espaço para o diálogo formal entre a classe política, o que leva à criação de instituições para apoiar o processo de diálogo, incluindo as que administram os processos eleitorais. Embora possa haver maior estabilidade no país, são frequentes as divergências entre o poder e a oposição persistindo assim alguma tensão política. O controlo da actividade governativa permanece quimérico. Em comparação com as fases anteriores, há melhorias no exercício da cidadania e um maior protagonismo da sociedade civil. Existe alguma liberdade de imprensa, mas subsistem coações políticas. As instituições de segurança espelham uma melhor organização, mas continuam reféns dos interesses instalados e limitadas em recursos e capacidade operacional. Implementam-se reformas, opera-se a desconcentração criam-se mecanismos alternativos de resolução de

disputas, mas persistem reservas e críticas sobre o sistema judiciário. Observa-se uma melhoria no acesso as infraestruturas, aos equipamentos sociais e aos serviços sociais de base sobretudo nas áreas urbanas. O estado assume-se como o maior empregador, mas os níveis de emprego e subemprego continuam preocupantes. Observa-se uma maior participação do sector privado na criação de emprego e no aumento das receitas fiscais, mas o peso da economia informal é significativo. A exploração de recursos naturais (quando existirem), são objecto de melhor regulamentação e de mecanismos de controlo públicos. Os cidadãos manifestam maior preocupação com o combate a corrupção e com a eficácia eficiência governativa.

Estádio 4: Transformação: No estádio de transformação, um país e a sociedade revelam um bom grau de resiliência. As disputas e as divergências políticas ou de outra natureza são frequentemente resolvidos de forma pacífica e em quadro próprio. Os processos políticos são democráticos e credíveis. As instituições operam com independência e no respeito do princípio da lealdade institucional. A sociedade civil começa a desempenhar um papel activo nos debates políticos e sociais e os princípios de boa governança são e cada vez mais respeitados. O país goza de uma relativa estabilidade política e social e situação de segurança vem-se manifestando consistente. Nota-se um aumento da confiança do público nas instituições de justiça e de segurança e as infrações, crimes incluindo os actos de corrupção os abusos são mais frequentemente sancionados. De ponto de vista económico reforça-se o papel regulador do Estado, o ambiente de negócios é mais propício e alargam-se as oportunidades de negócio traduzindo-se num melhor desempenho da economia emprego no aumenta de oportunidades e qualidade de emprego. As instituições públicas administram melhor as receitas do Estado, através de estruturas que asseguram a coleta regular e de impostos e outras receitas e uma gestão eficiente dos recursos públicos. A quantidade e qualidade das infraestruturas aumentam e sente-se uma melhoria significativa na prestação dos serviços sociais. Há um maior empenho na implementação das políticas e planos de descentralização para aproximar e adequar os

serviços sociais as necessidades das diversas populações.

Estádio 5: Resiliência: Neste estádio, o país e a possuem a capacidade e meios necessários para lidar com os desafios, absorver choques internos e externos sem entrar em desespero. Cada estádio do Espectro da Fragilidade representa um progresso em matéria de resiliência. Neste estádio, a resiliência é de natureza integral e institucional tanto do ponto de vista político, económico, social, cultural, ambiental. As instituições desenvolveram um nível de resistência tal que o retorno ao estádio de crise é tão improvável que o país deixa de se apresentar como um país pós-conflito. A perspectiva passa a ser a consolidar a democracia e o Estado de direito para impulsionar o desenvolvimento económico sustentável e inclusivo. A estabilidade política é duradoura e pratica-se uma efectiva cultura de democracia e boa governança. O grau de literacia política dos cidadãos é elevado. Os governantes são responsáveis pelos seus actos de governação e evidenciam-se no combate à corrupção, através de medidas e acções concretas e de recurso as instituições de investigação e de justiça. Há uma manifesta vontade política em combater a impunidade da elite e um grande empenho da justiça neste repto. O papel da sociedade civil vê-se reforçado. A população manifesta confiança instituições de segurança e defesa e elogia o clima de paz e segurança. O país dispõe de uma boa rede de infra-estruturas conectando as suas diferentes regiões. Os serviços sociais encontram-se disponíveis em todo o país e os sistemas de saúde e educação são bem notados. A economia do país está inserida no contexto regional e global e as políticas públicas são apresentadas discutidas e publicitadas. O sector privado joga um papel relevante na economia e assegura a dinâmica do mercado de trabalho. A boa gestão dos recursos naturais e das receitas do Estado assume-se como um imperativo indispensável a granjear recursos para fornecer serviços essenciais aos cidadãos. As instituições públicas funcionam tanto em nível nacional como regional e distrital o estado torna assume o seu papel de principal provedor de serviços de base e garante da justiça equidade social.



ESPECTRO DE FRAGILIDADE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE						
PSG 1: POLÍTICAS INCLUSIVAS						
Dimensão	Fases de fragilidade					Indicadores
	Crise	Reconstrução	Transição	Transformação	Resiliência	
Compromisso político				<ul style="list-style-type: none"> ➤ Instituições e órgãos de poder político eleitos democraticamente ➤ Eleições livres e realizadas de forma regular ➤ Comissão eleitoral Nacional livre de pressões partidárias e independente do poder político ➤ Partidos políticos organizados e com livre exercício da atividade política incluindo em período eleitoral ➤ Total liberdade para a sociedades exprimir e emitir as suas opiniões sobre os actos governativos 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Independência e efectiva separação de poder entre os órgãos de soberania ➤ Cultura de democracia e governação inclusiva ➤ Exercício de democracia participativa 	<p>Resultados das eleições aceites e respeitados por todos</p> <p>Lealdade institucional entre os órgãos de soberania oficialmente reconhecida e saudada pelos respectivos</p> <p>O estatuto da oposição reconhecido, aplicado e respeitado</p> <p>CNE consensualmente constituída e representativa da relação de forças entre os partidos políticos e a sociedade civil</p> <p>Sociedade civil organizada, interveniente e fiscalizadora da governação</p>
ESPECTRO DE FRAGILIDADE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE						
PSG 1: POLÍTICAS INCLUSIVAS						
Dimensão	Fases de fragilidade					Indicadores
	Crise	Reconstrução	Transição	Transformação	Resiliência	
Instituições e processos políticos				<ul style="list-style-type: none"> ➤ As principais instituições do poder estão em função e actuam no limite da Constituição e das leis ➤ Adesão formal aos princípios de boa governação, com tradução 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cultura política e participação consciente e informada dos cidadãos nos processos políticos ➤ Cultura de governação transparente e inclusiva 	<p>Nenhum ou limitado número de decisões e actos declarados inconstitucionais pelo respectivo tribunal</p> <p>Prestação regular de contas da acção</p>

				<p>prática na capacidade de controlo parlamentar e da sociedade civil</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Iniciativas e mecanismos luta contra a corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agência de luta contra a corrupção ➤ Acção afirmativa para o empoderamento das mulheres 	<p>governativa ao parlamento</p> <p>Mecanismo de consultas periódicas entre o Governo e a sociedade civil organizada</p>
ESPECTRO DE FRAGILIDADE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE						
PSG 1: POLÍTICAS INCLUSIVAS						
Dimensão	Fases de fragilidade					Indicadores
	Crise	Reconstrução	Transição	Transformação	➤ Resiliência	
Convivência social				<ul style="list-style-type: none"> ➤ A sociedade civil organiza-se para exercer um papel mais activo nos debates sobre os temas políticos e de sociedade e sobre as principais reformas estruturais ➤ Os diferentes grupos de pressão social manifestam um bom nível de respeito mútuo e elevado grau de tolerância 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sociedade civil organizada, informada e activa no processo de tomada de decisão governativa ➤ Quadro de participação da sociedade dotada de meios e operacional ➤ Sociedade tolerante livre de intimidação e ostracização onde os direitos e liberdades fundamentais são respeitados 	<p>Debates regulares nas Rádios e TV, com participação da sociedade civil sobre os grandes temas de política e desenvolvimento</p> <p>Encontros regulares entre os diferentes grupos de pressão, organizações juvenis e organizações das mulheres para adopção de posições consensuais sobre os grandes temas de desenvolvimento</p>
PSG 2: SEGURANÇA						
Dimensão	Fases de fragilidade					Indicadores
	Crise	Reconstrução	Transição	Transformação	Resiliência	
Situação da segurança				<p>A situação de segurança tem sido estável e positiva a longo dos anos</p> <p>Esporádicos casos de crime são sistematicamente investigados e maioritariamente desvendados e dadas os devidos seguimentos na justiça</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Paz e estabilidade social duradoura ➤ A população expressa total confiança nas forças de segurança 	<p>Número de casos de violência, incluindo violência doméstica</p> <p>Número de casos de assaltos, roubos e furtos</p> <p>Número de acidentes de viação e natureza dos danos</p>

						Número de detenções por crime / delito
Capacidades e prestação de contas				Controlo ad hoc da actividade de segurança e produção irregular de relatórios sobre a situação de segurança	O exercício da actividade de segurança submetida ao controlo regular e objecto de relatórios estatutários exaustivos	Relatórios sobre o desempenho dos órgãos de segurança Número de casos de abuso ou de violência policial e prisional
Desempenho e capacidade resposta			Instituições muito dependentes da cooperação internacional em matéria de formação, equipamento e tecnologia	Existem instituições de segurança, mas com recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros limitados afectando negativamente a capacidade de resposta e a eficácia das instituições,	<ul style="list-style-type: none"> ➤ As instituições de segurança dispõem de meios humanos materiais, tecnológicos e financeiros suficientes para assegurar a actividade de segurança a nível nacional ➤ As instituições de segurança têm um controlo estrito de todo o território 	Número de planos e acções criminosas abortados por capacidade preventiva das forças de defesa e segurança Número de apreensão de casos de trafico de drogas ou outros produtos ilegais Número de apreensão de embarcações em situação de pesca ilegal

PSG 3: JUSTIÇA

Dimensão	Fases de fragilidade					Indicadores
	Crise	Reconstrução	Transição	Transformação	Resiliência	
Estado da justiça	<ul style="list-style-type: none"> ➤ As instituições de justiça são débeis ➤ Justiça selectiva, elitista e discriminatória ➤ Níveis preocupantes de corrupção no seio do sistema judiciário ➤ Impunidade das elites perante a justiça 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reforma da justiça anunciada oficialmente, mas ainda um longo caminho a percorrer ➤ Insuficiente e deficiente colaboração institucional ➤ Infraestruturas e meios inadequadas, particularmente a nível regional e distrital 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Muita legislação antiquada e crimes não tipificados 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programas de reforma e de actualização da legislação ➤ Lançada a reforma do setor da justiça com ênfase no desenvolvimento dos recursos humanos, das infraestruturas físicas e tecnológicas 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Justiça acessível a todos. ➤ Processos céleres sobretudo em matéria civil e comercial. ➤ Boa taxa de resolução dos processos. ➤ Competências judiciais satisfatórias. ➤ Utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) nos sistemas de gestão dos processos. ➤ Recolhe a confiança dos cidadãos e dos agentes económicos. 	<p>Reforma consensual da justiça concluída e ratificada pelo Parlamento</p> <p>Legitimidade dos tribunais e dos magistrados reposta e reconhecida pela opinião pública</p> <p>Melhoria do ratio juízes / população</p> <p>Número de processos concluídos /ano</p>

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prisões superlotadas e ausência de centros de reabilitação para jovens e instituições prisionais adaptadas par mulheres 			<ul style="list-style-type: none"> ➤ Os agentes são submetidos regularmente a um sistema de avaliação de desempenho. 	Inquéritos sobre o funcionamento dos tribunais
Capacidades e prestação de contas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gestão opaca dos recursos financeiros 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sistema e metodologia de avaliação não consensual 	Descentralização e transferência de competência para a RAP e os distritos	Divulgação de relatórios periódicos sobre o funcionamento da justiça	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos competentes de escrutínio do sistema judiciário Auditorias estatutárias 	<p>Número de relatórios</p> <p>Número de auditorias</p>
Desempenho e capacidade resposta	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Justiça morosa, cara, e praticamente inacessível para os pobres, entrave para empresas em partícula micro e pequenas 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Falta de recursos humanos em quantidade e qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programas de formação e de capacitação dos efectivos ➤ Planos de recrutamento 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A reforma da justiça foi implementada e acolhe a adesão dos principais seus actores, abrindo portas a melhoria do desempenho do sector 	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos judiciais devidamente equipados do ponto de vista técnico, tecnológico e financeiro resultando em maior eficácia e eficiência e independência na prestação dos serviços de justiça 	<p>Número de novos funcionários judiciais</p> <p>Número de tribunais distritais e na RAP</p> <p>Número de técnicos e agentes beneficiários de programas de formação continua</p>

PSG4: BASE ECONÓMICA						
Dimensão	Fases de fragilidade					Indicadores
	Crise	Reconstrução	Transição	Transformação	Resiliência	
Recursos produtivos e perspectivas de crescimento			<p>Fraca qualidade e baixa eficácia e eficiência das infraestruturas (energia, água, transporte, comunicação, saneamento)</p> <p>Reduzida actividade económica nos</p>	<p>Investimento em infraestruturas de apoio ao desenvolvimento económico nacional e local</p> <p>Crescimento do investimento e da actividade económica nos distritos e na RAP</p>	<p>Infraestruturas de qualidade de apoio a diversificação e modernização da economia</p> <p>Aumento da capacidade produtiva da economia a nível nacional local</p>	<p>Número de novas empresas em particular micro e pequenas</p> <p>Crescimento do PIB</p>

			distritos do interior e na RAP		traduzido num aumento acelerado do PIB	
Desenvolvimento do sector privado, emprego, e meios de subsistência			<p>Criadas instituições de apoio ao comércio de desenvolvimento sector privado</p> <p>Programas de apoio a agricultura, pescas</p> <p>Crescimento quantitativo e qualitativo do emprego rural</p>	<p>Novo código de investimento (mais atractivo)</p> <p>Política de incentivo fiscal</p> <p>Mecanismos de apoio as organizações empresariais e a Câmara de Comercio Indústria Agricultura e Serviços</p>	<p>O sector privado é o motor de crescimento económico e de criação de riqueza</p> <p>As empresas estão inseridas e competem no mercado regional e global</p> <p>Empregos decentes são maioritariamente criados pelo sector privado formal</p>	<p>Volume de investimento privado nacional e estrangeiro</p> <p>Baixa do IRC</p> <p>Crescimento da exportação</p> <p>Redução do défice comercial</p> <p>Número de novos empregos e revalorização da remuneração</p> <p>Índice de pobreza</p> <p>Índice da desigualdade</p> <p>% de população bancarizada</p>
Gestão dos recursos naturais		<p>Falta de conhecimento e competência suficientes para gerir adequadamente o emergente sector petrolífero</p> <p>Escassez de meios humanos e tecnológicos para gerir os recursos do mar e potenciar a a economia marítima</p>	<p>Instituições nacionais começam a envolver-se no processo de gestão dos recursos naturais</p> <p>Receitas de recursos naturais utilizadas para financiar despesas e projectos do estado</p> <p>STP adere a Iniciativa para Transparência da</p>	<p>O Estado santomense e as suas instituições estão devidamente capacitados para gerir de forma sustentável os seus recursos naturais</p> <p>O país adoptou e aplica uma das leis mais exigentes em matéria de gestão da indústria petrolífera</p>	<p>As receitas provenientes da exploração dos recursos naturais financiam a diversificação e a modernização da economia</p> <p>A gestão eficiente dos recursos naturais traduz-se na melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços fornecidos a população e no acesso generalizado da mesma a esses serviços</p>	<p>Aumento do fluxo turístico</p> <p>Novos produtos de exportação</p> <p>Aumento das receitas de exportação</p> <p>Relatório ITIE</p>

PSG5: RENDA E SERVIÇOS						
Dimensão	Fases de fragilidade					Indicadores
	Crise	Reconstrução	Transição	Transformação	Resiliência	
Renda			<p>A colecta de receitas fiscais muito dependente das alfandegas</p> <p>Melhoria na arrecadação de receitas graças um aumento asfixiante da pressão fiscal nas empresas e nas famílias</p> <p>Competência e capacidade limitadas na aplicação das leis e regulamentos das receitas fiscais</p> <p>Mecanismo de prestação de contas e de responsabilização inexistentes ou inoperantes</p>	<p>Alargamento da base tributária e diversificação das fontes de receitas fiscais com expansão dos impostos sobre rendimento comercial e rendimento do trabalho resultante da melhoria do desempenho económico</p> <p>Boa eficácia das Instituições resultante de mais e melhores ferramentas e do pessoal da administração fiscal bem capacitados</p>	<p>As receitas fiscais são a principal fonte de financiamento do Orçamento Geral do Estado</p> <p>Governo arrecada receita suficiente para fornecer serviços base adequados aos cidadãos;</p> <p>Uma administração competente e eficaz no rastreio e colecta de receitas fiscais</p> <p>Transparência e eficiência na gestão receitas</p> <p>Regime cirúrgico de isenções compatível com os benefícios reais respectivos face a perda de receitas</p>	<p>Número de contribuintes fiscais</p> <p>% de receitas fiscais no OGE</p> <p>Relatórios do Tribunal de Contas sobre as contas do Estado</p>
Administração Pública			<p>Função pública mal remunerado, alienada e politizada pletórica em números e e pobre qualidade e competência</p> <p>Corrupção, conluio e nepotismo ainda predominam na administração pública</p>	<p>A administração pública reformada e redimensionada</p> <p>Sistema de formação contínua operacional</p>	<p>Sistema público de gestão financeira e os mecanismos de controle funcionam bem;</p> <p>Disciplina orçamental rigorosa;</p>	<p>Reforma da Administração Pública</p> <p>Estatuto da função pública revisto e modernizado</p> <p>Sistema integrado de gestão das finanças públicas</p>

				<p>Uso generalizado das tecnologias de informação comunicação e tratamento de dados</p> <p>Desempenho da função pública globalmente positivo</p> <p>Progresso na implementação de reformas estruturais e na privatização e/ou concessão em gestão de empresas públicas deficitárias</p>	<p>Sistema de transferência financeira a Região Autónoma do Príncipe e aos Distritos fluído e monitorável</p> <p>Generalizada a obrigatoriedade de recrutamento para função pública por concurso interno ou externo ou ainda interno/externo; descrição detalhada de cada das funções, responsabilidades e exigências de cada posto de trabalho incindo a respectiva categoria; melhor remuneração e condições de trabalho para os funcionários públicos;</p> <p>Fim do sistema de promoção automática, ficando a mesma sujeita a avaliação positiva desempenho (promoção pessoal) ou ao concurso</p>	
Fornecimento de serviços		Muitas pessoas ainda não têm acesso regular e seguro aos serviços básicos como os cuidados de saúde, a água potável, a eletricidade, a habitação, o saneamento e o transporte público	<p>Observa-se um esforço nacional para fornecer serviços básicos, mas alguns programas ainda dependem da ajuda externa</p> <p>Reforço do papel das autarquias na prestação e fornecimento de serviços de base</p> <p>O Orçamento do Estado reforça as dotações para fornecimento de serviços sociais de base</p>	<p>Reforço da descentralização</p> <p>Melhoria na colecta tratamento, produção e distribuição de dados estatísticos de carácter económico, social e ambiental</p>	<p>Decisores fazem uso sistemático de dados estatísticos para determinar as políticas sociais</p> <p>O estado é o principal fornecedor de serviços sociais de base em todo o território nacional;</p> <p>Dotação orçamenta suficiente para</p>	<p>Produção, difusão e uso de dados estatísticos</p> <p>Taxa de analfabetismo</p> <p>Taxa de escolarização por nível de ensino</p> <p>Taxa de insucesso escolar</p> <p>Número de médicos e enfermeiros/ habitante</p>

		<p>Os progressos alcançados no fornecimento significativo dos serviços básicos são em grande parte, tributários da cooperação internacional</p> <p>Uma melhoria quantitativa de pessoal com formação média e superior, mas desafios são enormes em matéria de conhecimento e competências, não correspondendo as exigências das funções que exercem</p>			<p>disponibilizar os serviços exigidos pela população</p> <p>A maior parte da população tem acesso aos serviços sociais de base de qualidade</p>	<p>% da população com acesso aos hospitais ou centros de saúde</p> <p>% da população com acesso a água potável</p> <p>% da população com acesso a energia</p> <p>% da população com acesso aos telefones portáteis e a internet</p>
--	--	---	--	--	--	---



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Avenida das Nações Unidas
Caixa postal 109
São Tomé e Príncipe
www.st.undp.org
[www.facebook/pnudstp](https://www.facebook.com/pnudstp)
registry.st@undp.org